

ACTA Nº 2
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE BORBA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2002

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e dois, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 21 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Aprovação da acta número vinte e oito

PONTO UM PONTO DOIS: Aprovação da acta número um

PONTO UM PONTO TRÊS: Leitura de expediente

PONTO UM PONTO QUATRO: Outros assuntos de interesse para a Autarquia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Integração da Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum (ADC's) na zona de mármore

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Análise, tendo em vista a aprovação, do projecto de Regimento da Assembleia Municipal, face às alterações introduzidas na Lei 169/99 de 18 de Setembro

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Regulamento do Inventário e Cadastro

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Expropriação amigável (pedido de autorização para alienação de parcelas de terreno)

PONTO TRÊS PONTO SETE: Vigência de protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia

PONTO TRÊS PONTO OITO: Empréstimo a curto prazo - pedido de autorização para contracção

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Empréstimo a médio e longo prazo da linha de crédito CGD/BEI - Prorrogação de prazo

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Delegação de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Constituição dos Grupos Municipais

O senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e o secretário realizou a chamada, verificando-se a presença dos membros Joaquim Maria Godinho Veiga, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Ivone da Conceição Balseiro Espiguiinha, Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Norberto João Figueiras Alpalhão, Jerónimo João Pereira Cavaco, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão e José António Carapeto Dias.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar início ao período Antes da Ordem do Dia, procedeu à tomada de posse do Senhor Joaquim Manuel Cardoso, e comunicou à Assembleia o pedido de substituição (anexo 1), de acordo com o artigo setenta e nove do Decreto Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, do membro Carlos Manuel de Almeida Cabral pelo senhor Francisco Mendes. Foi ainda apresentado pedido de substituição (anexo 2), ao abrigo do artigo setenta e oito da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, do membro Joaquim Miguel Manguinhas pelo senhor António Luís Canhoto Andrade, de acordo com o mesmo artigo, o senhor António Luís Canhoto Andrade, apresentou o pedido de substituição (anexo 3), pelo senhor Jacinto Mouquinho. Foi ainda apresentado pedido de substituição (anexo 4) do membro Luís Manuel do Nascimento pela senhora Verónica da Conceição Martins Aires Pereira. A senhora Verónica da Conceição Martins Aires Pereira apresentou pedido de substituição

(anexo 5) pelo senhor Manuel Prates.

PONTO UM: Antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Aprovação da acta número vinte e oito

A acta número vinte e oito foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com seis votos a favor e treze abstenções.

PONTO UM PONTO DOIS: Aprovação da acta número um

A acta número um foi colocada à votação, tendo sido votada por maioria, com dezasseis votos a favor e três abstenções.

PONTO UM PONTO TRÊS: Leitura de expediente

O secretário senhor António José Moura Proença procedeu à leitura da correspondência recebida (anexos 6) e expedida (anexo 7) pela Assembleia Municipal, conforme relação anexa no final desta acta.

PONTO UM PONTO QUATRO: Outros assuntos gerais de interesse para a Autarquia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à discussão e, deu a palavra ao membro Maria Filipa Martins de Almeida, a senhora deputada fez uma chamada de atenção para o facto da aprovação das actas dever passar para o período da ordem do dia, de acordo com o artigo oitenta e seis da Lei cinco-A de dois mil e dois. Acrescentou ainda que admite que sempre se tenha feito assim, mas é uma questão de método, porque diz a referida Lei que existe em cada sessão ordinária dos Órgãos Autárquicos um período antes da ordem do dia, com a duração máxima de sessenta minutos.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal cedeu a palavra ao membro Mário Joaquim Trindade de Deus.

O membro Mário Joaquim Trindade de Deus, começou por cumprimentar todos os presentes e pedir aos mesmos que conseguissem superar toda a tensão que se vivia nas bancadas dos respectivos partidos, assim como, os restantes presentes. Acrescentou ainda que as mudanças de posição dos membros presentes conduziria a esse mesmo alívio de tensão. O membro Mário Joaquim Trindade de Deus, referiu que com esta mudança, não deixarão de fazer pior ou melhor. O membro acrescentou ainda que o mandato anterior era um teatro decisivo, toda a gente ou quase toda, sabia o que tinha que fazer, os papéis estavam traçados e o encenador assim os destinava. O membro sublinhou também a aproximação da forma de estar na vida, com a política e que isso só poderia ser bom. O membro deixou ainda os parabéns aos novos autarcas e companheiros de todas as bancadas, e desejou que a mesa da Assembleia Municipal e a Câmara façam o melhor possível.

Não se registando mais nenhuma participação, avançou-se para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que este período era anteriormente inscrito no final da ordem do dia. A Mesa da Assembleia Municipal entendeu que deveria colocá-lo no ponto dois, mas o senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu parecer ao plenário.

O membro Joaquim Manuel Cardoso acrescentou um breve esclarecimento sobre a decisão tomada pela mesa da Assembleia Municipal, dizendo que: quando a anterior Assembleia passou o período de intervenção do público para o fim da ordem de trabalhos, não o fez por vontade da Assembleia, pois constava no artigo oitenta e seis do número seis da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, que determinava o exposto. O membro acrescenta ainda que não se opõe à passagem do período de intervenção do público para Antes da Ordem do Dia.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu então que se entrasse no período a que este ponto diz respeito, e pediu também que fosse feita a inscrição para os interessados usarem da palavra.

O senhor Armando Aragonez usou da palavra somente para felicitar os membros da Assembleia e da Câmara Municipal.

O senhor António Pedreiro fez uso da palavra para um apelo dirigido à Assembleia e à Câmara Municipal. Que seja dada alma à Vila de Borba e que não seja esquecida a Comissão de Base de Saúde.

O senhor Francisco Miguel Ratinho, Presidente da Comissão de Base de Saúde tomou o uso da palavra para informar que tem batalhado para que a saúde não fique esquecida, e pede ajuda à Assembleia e à Câmara presentes, já que o mandato anterior nada fez.

PONTO TRÊS: Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Integração da Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum (ADC's) na zona dos mármore. A CDU apresentou declaração de voto (anexo 8).

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou aos presentes se queriam usar da palavra.

O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, começando por cumprimentar os presentes e mostrar o seu contentamento pela grande adesão a esta Assembleia. O senhor Presidente da Câmara pronunciou-se sobre o ponto em aberto e afirma que este assunto já vem do anterior executivo. O senhor Presidente da Câmara entende que esta poderá vir a ser uma empresa favorável para o Concelho de Borba, tendo em conta que pode trazer os seus contributos em termos ambientais. Acrescentou ainda que este tema já havia sido debatido entre os Presidentes de Câmaras de Vila Viçosa, Estremoz, Alandroal, Borba e o Arquitecto Paulo Parral, onde decidiram aprovar os estatutos da empresa, visto que um estudo de viabilidade económica seria muito dispendioso, mesmo que as Autarquias se disponibilizassem a suportar esse mesmo estudo. Tiveram em conta que esse estudo se poderia fazer após a constituição da empresa e, candidatá-lo aos fundos comunitários. Por isso, mostrou a sua concordância na integração da mesma.

O membro António Anselmo deu o seu parecer favorável para a integração da empresa, começando por referir a importância da criação de novos postos de trabalho que esta empresa pode vir a trazer. Em segundo lugar referiu o impacto ambiental, visual neste caso. É importante resolver-se o assunto porque Borba vive das pedras, é igualmente importante aproveitar todos os incentivos a nível de apoio do quadro comunitário. No que diz respeito ao ambiente, o senhor membro António Anselmo concordou que a Câmara Municipal fizesse parte da empresa, salvaguardando sempre os interesses do Concelho. Terminou com apelo à Câmara Municipal de Borba para a defesa integral dos interesses do Concelho de Borba e das pessoas de Borba.

O membro Maria Filipa Martins de Almeida informou que os eleitos da CDU vão entregar uma declaração de voto e isso ficará escrito. A votação que acontecer no dia de hoje, se conduzir à aprovação da integração do município é ilegal. Acrescenta que esta questão é de extrema importância para o Concelho, mas não basta dizer que esses lugares comuns são importantes. É preciso acautelar os estatutos da empresa, é preciso acautelar o papel dos municípios e, a responsabilidade dos mesmos, não pode ser analisada sem o estudo de viabilidade económica que foi sugerido pelos Vereadores da CDU em reunião de Câmara. Não faz sentido depois de uma empresa estar criada, ela própria decidir se é viável ou inviável, isto é contra toda a lógica. Quem tem que decidir, quem tem que provar se a empresa é viável não é a própria empresa é outra entidade (Ministério do Ambiente, Câmaras Municipais, a C.C.R), e isso seria antes da constituição da empresa. Esse estudo é fundamental. Citou o professor Freitas do Amaral, na legislação que rege a participação dos municípios nas empresas e disse: "as propostas de criação ou participação nas empresas, serão sempre acompanhadas dos necessários estudos técnicos e económico ou financeiro bem como dos respectivos projectos de estatutos". Não pode servir como desculpa, o gestor dizer o estudo de viabilidade económica era caro. A deputada Maria Filipa Martins de Almeida pergunta: então, e o funcionamento da empresa? A empresa tem lucros, tem prejuízos? Caso tenha prejuízos, quem

os assegura? Não pode ser assim. Tem que haver um contrato-programa, assinado pelas partes constituintes. Nesse contrato alguém se compromete a suportar os prejuízos que a empresa vier a ter. Não deve ser de forma alguma, como vem na acta da Câmara que diz: "esta empresa deve ser constituída o mais rápido possível, pois com a mudança possível de Governo corre-se o risco de o dinheiro não vir para a zona dos mármore". Isto, não pode ser. Estamos a andar ao contrário. Estamos a trabalhar ao contrário.

O membro Jerónimo Cavaco afirmou que num ponto todos estamos de acordo. É importante que estas empresas municipais ou a participação municipal existam. O membro Jerónimo Cavaco diz também que se a deputada Maria Filipa Martins de Almeida, dá extrema importância ao estudo de viabilidade económica, porque não o fez o anterior Executivo na devida altura e no devido tempo?. O membro Jerónimo Cavaco diz que é importante acautelar os estatutos da empresa, principalmente no ponto em que se refere ao conselho de administração da mesma.

O membro Diogo Sapatinha referiu: digamos que estou de acordo com os oradores que me antecederam, mas não estou totalmente de acordo. Estou de acordo em parte, o estudo de viabilidade económica é importante, mas se calhar não é tão importante como eles salientaram, porque estas questões não devem ser postas só em contas de merceeiro, quanto é que investimos, quanto é que vamos colher, porque há uma parte do que vamos colher que é dificilmente contabilizada e é seguramente um lucro muito grande, que é o lucro ambiental, e é o lucro da criação de postos de trabalho. À parte disso, eu, sem estudo económico nenhum, dizia já que esta empresa de certeza que vai ser uma empresa altamente rentável. E vai ser altamente rentável, porquê? A matéria prima vai custar zero, aliás os industriais até vão pagar para pôr lá a matéria prima, a matéria prima vai ser transformada e mesmo que não seja vendida, mesmo que seja armazenada, de certeza que sem estudos nenhuns, a parte que os industriais vão pagar dá concerteza para cobrir os custos de laboração da empresa. Portanto, eu diria já que esta empresa não teria à primeira vista, de certeza que não vai ter, perdas económicas e vai ter lucros muitos grandes, no que diz respeito ao ambiente e à criação de postos de trabalho.

O membro Augusto Guégués: Boa noite a todos, também queria dizer aqui algumas coisas que se prendem nomeadamente com esta questão da Câmara Municipal de Borba integrar esta empresa. Talvez até um pouco para aquelas pessoas, que enfim, possivelmente ainda não estão a ver o alcance da constituição desta empresa, mas aquilo que se pretende é talvez que as futuras gerações não vejam aquilo que eu vi quando nasci, que é digamos aquelas escombreciras que nós assistimos, que são umas autênticas barreiras em termos ambientais, é uma imagem extremamente degradada, é digamos um avelumar de pedras, que penso eu nos choca a todos nós. Portanto, aquilo que se pretende é o seguinte: o Prozom, penso que é um pouco isto, definiu determinadas zonas para todo aquele produto ser depositado e agora cria-se uma empresa para gerir, nomeadamente, esses mesmos produtos. Já há pouco aqui foi referido, este será o âmbito de intervenção desta empresa. Portanto, penso que isto é importante e é salutar. Depois, fala-se em dinheiros. Aquilo que está nomeadamente previsto, acho que são uns milhões de contos. Está a falar-se da ordem dos quatro milhões de contos. Ora, muitas vezes nós temos de saber aproveitar as oportunidades. Parece que isto vem desde o primeiro quadro comunitário, transitou para o segundo quadro, e agora vamos perdê-lo? Bom, quero dizer, é que não se pode estar aqui a brincar com coisas muito sérias. Porque os próprios eleitos da CDU, no parágrafo que há pouco se fez referência, dizem isto: "os vereadores eleitos da CDU na Câmara Municipal de Borba, reconhecem a necessidade de criação da empresa prosseguindo os fins de interesse público que tenha como objectivo social, que é aquele que está nos estatutos da empresa, gerir, depositar, tratar, valorizar, comercializar, transportar os materiais gerados pela industria activa da industria transformadora das rochas ornamentais na zona dos mármore". Acham que é extremamente importante e, depois vêm dizer e pôr entraves com a história do estudo da viabilidade económica. O estudo de viabilidade económica é importante, mas pode ser feito após a constituição. Ela vai ser concerteza, não tenho dúvidas, extremamente lucrativa. Os homens da CDU têm dúvidas em relação a isso? Outra questão é a do prazo. De facto há nove meses que estão a pôr, digamos assim, obstáculos a que esta empresa seja criada. A Câmara Municipal de Borba é que tem estado a inviabilizar a constituição e a criação desta empresa, há nove meses. O que é que querem fazer? Continuar a adiar? Digamos que as partes que estão neste momento envolvidas, disseram não senhor, vamos avançar, vamos constituir a empresa, deixar para depois o estudo de viabilidade económica, e, estes senhores ainda

continuam a pensar no estudo. Querem adiar isto, por mais quanto tempo?

Seguiu-se o membro Rui Bacalhau: Boa noite à mesa, boa noite à Câmara, boa noite aos colegas de bancada e aos restantes e boa noite também ao público, gostava de fazer alguns esclarecimentos porque penso que são também importantes. Uma empresa, seja ela boa ou má, tem sempre algum dinamismo e a criação de uma empresa no nosso concelho vai trazer novos postos de trabalho, vai trazer o lucro ambiental como já foi dito aqui, e ao mesmo tempo temos uma grande possibilidade na busca de fundos comunitários, parecendo que não são assim tão poucos como alguém relatava. Queria fazer aqui um enquadramento muito importante, porque o capital social dessa empresa é de trinta mil contos (cento e cinquenta mil euros). A Câmara Municipal de Borba irá investir no capital social três mil seiscentos e oitenta e três contos (dezoito mil trezentos e setenta e cinco euros). O que é isto? quando nós também hoje recebemos a informação da situação financeira ou económica da Câmara (um milhão e duzentos mil contos), o que são três mil contos num milhão e duzentos mil? Eu fico perplexo quando se inviabiliza uma empresa que pode criar postos de trabalho e temos a possibilidade de ir na busca de fundos comunitários, como alguns organismos na nossa terra fazem. E por causa de três mil contos fica inviabilizado um projecto? Depois, a nossa Câmara obviamente vai ter que acautelar os seus interesses. É para isso que elegemos os nossos autarcas e a função deles é essa em todos os momentos. Podemos marcar uma posição importante no conselho de administração: porque não defender as remunerações dos administradores para corrigir o problema de a empresa nos primeiros anos poder vir a ser menos rentável ou até ter uma situação líquida negativa? A remuneração dos administradores poder ser uma remuneração simbólica nos primeiros tempos, e assim já resolve alguns problemas e algumas situações que foram aqui levantadas. Se não tivermos custos em termos de conselho de administração mas só em efectivos, isto é, em pessoal produtivo, penso que desta forma simples poderemos criar uma empresa, criar postos de trabalho e poderemos dinamizar a nossa terra.

O membro Maria Filipa Martins de Almeida disse: eu vou utilizar uma expressão que já foi utilizada aqui, eu é que fico perplexa, e acho que se não foi o Diogo, o Diogo que me corrija, mas acho que foi o Diogo que disse qualquer coisa deste tipo: se o estudo de viabilidade económico é importante porque é que não foi feito? Não foi o Diogo? Ah foi o Jerónimo, desculpe foi o Jerónimo. Se é importante porque é que não foi feito? Essa é a minha pergunta, apetece-me retirar tudo o que disse sobre o estudo de viabilidade económico porque há nesta Assembleia tanta gente que sabe que a empresa é viável que eu acho que dispensamos gastar esse dinheiro, quer dizer: então se , meus senhores, se nós somos pessoas responsáveis e estamos aqui para defender os interesses do concelho, não podemos fazer afirmações deste tipo a empresa é de certeza rentável. Mas quem é que vos disse? Quem é que vos deu essa sabedoria? Para dizer sem estudo nenhum que a empresa é de certeza rentável, eu acredito que ela venha a ser rentável, mas se a Câmara de Borba tiver que entrar com dinheiro para o funcionamento da empresa não está autorizada a fazê-lo. Pode vir a estar autorizada a fazê-lo, agora não fica autorizada a fazê-lo porque a criação de uma empresa, eu não sou empresária nem economista, nem sou gestora de empresas, mas a constituição de uma empresa não são os três mil contos do capital social e quando se vem para aqui tentar baralhar o capital social ou as verbas necessárias para o funcionamento da empresa, desculpem lá, há uma expressão que os brasileiros usam muito que é: conversa mole para boi dormir e parece-me que aqui somos pessoas. É que isto é uma confusão, um eleito do PS diz uma coisa deste tipo: o estudo de viabilidade económica pode-se fazer antes, durante e depois. Mas isto é o quê? Um estudo de viabilidade faz-se previamente à constituição de uma empresa para saber de que forma. Eu não digo que ela não é viável, ela é viável certamente, agora tem que se saber, e a Assembleia Municipal tem que aprovar isto, de que forma é? É com o dinheiro da CCRA, das Câmaras Municipais ou não? É com o dinheiro dos industriais de mármore? E podemos chegar à conclusão que ela é altamente lucrativa, até podemos chegar a essa conclusão, mas não pode ser com afirmações de cada um de nós sem nenhuma base. "Eu sei dizer de certeza que isto vai ser rentável". Então não vale a pena estarmos aqui a discutir. Os senhores podem votar, têm a maioria, votem como entenderem, agora não digam porque não podem dizer que a Câmara de Borba é que andou a inviabilizar e a empatar isto. Isto não podem dizer, porque não é verdade. Desde o princípio que a Câmara de Borba exigiu que o estudo de viabilidade económica fosse feito. E mais, a Câmara de Borba disponibilizou-se a pagar parte do estudo de viabilidade económica, disponibilizou-se a entrar com dinheiro para que esse estudo fosse feito e eu estou como o Jerónimo,

porque é que não foi feito? Ouve interesses supra-municipais para que ele não fosse feito? A única coisa que nós queremos é defender os interesses do concelho e não embarcar numa conversa. Isto cria postos de trabalho, isto resolve os problemas ambientais, pode vir a resolver, pode vir a criar, só queremos acautelar que estas coisas sejam feitas com pés e cabeça e que não sejam feitas no ar, como está aqui a ser proposto.

O membro Joaquim Cardoso: Eu não queria usar da palavra sobre esta matéria até porque não é matéria que eu, enfim, mas há aqui três observações tão simples: primeiro ouvi uma série de discursos de uma natureza subjectiva com um fundamento científico afastado. É viável, parece, verbos que no plano estrutura/forma revelam subjectividade. Ponto dois; depois ouvi por ai uma leitura de uma declaração do senhor gestor da AIZM podem levantando o agrado que estão, porque depois das eleições o dinheiro podia fugir, bom, mais uma subjectividade essa de outra natureza que efectivamente enfim não se entende num gestor que está seguro da viabilidade do projecto e que está seguro da importância para o desenvolvimento da região, ou seja, quando um gestor faz esta afirmação o que quer dizer? Bom, fazemos agora que estamos no poder, porque quem vier pode não ter a nossa opinião sobre a própria viabilidade do projecto e daí tornou a haver segurança ou parece não haver segurança. Pelo menos cientificamente não foi demonstrado, segurança na viabilidade económica. A opção política da fuga para a frente, e, depois a última questão que é de facto, bem eu estou num estado crítico democrático um legislador estabelece essa condição ao proceder de modo diferente estamos no domínio da vulneração de legalidade, e por isso, portanto como é evidente isto pode ter depois outras consequências, logo naturalmente as responsabilidades da vulneração de legalidade são daqueles que as assumirem. Disse e não digo nada.

O membro Mário de Deus: Eu vou ver se até na forma, sou capaz de me distinguir da forma de falar, porque me dá a impressão, que estão a querer brincar com a gente. Que me desculpem os meus colegas autarcas, falo para o publico: a impressão que me dá é que estão a querer brincar com a gente. A forma como falam, até na entoação, a forma como fazem o enredo, estão a querer gozar com a gente, estão a engonhar, estão a querer brincar com a gente, que me desculpem os meus colegas autarcas mais uma vez, deixem-me dizer agora para o público friamente e calmamente: isto é política, estamos a falar de política pura e dura e é aqui na Assembleia Municipal que se deve falar de política. O que ouviam dizer é de membros de um partido político, que fez com que Vila Viçosa fosse comer uma parte da participação da Câmara do Alandroal nesta empresa. A Câmara de Vila Viçosa que por acaso é do partido destes senhores?, faço um esforço para me demarcar da forma como eles falam, pois acho que só a forma é ofensiva, quanto mais o conteúdo. A Câmara de Vila Viçosa, foi comer uma parte da Câmara do Alandroal, portanto uma Câmara que é do PCP. Estes senhores estão a defender isto: a Câmara de Vila Viçosa que é do PCP, ainda foi comer uma parte da Câmara do Alandroal, foi comer dez por cento, ou seja, o PCP sabe muito bem o que está a fazer, sabe muito bem o que quer e quer, em Vila Viçosa fazer de uma maneira e aqui em Borba fazer de outra. Isto é claro, são os factos, aqui não há dúvidas, não há aqui nem mas nem meio mas, está no estatuto. Quem ler o estatuto da empresa sabe que a Câmara Municipal de Vila Viçosa ficou com a parte dela e ainda foi comer dez por cento à Câmara do Alandroal. O que é que isto significa: significa que até na forma como estão a falar com a gente querem concerteza engonhar e querem aldrabar e que querem falsificar. Voltem-me a desculpar os meus colegas autarcas, não é para eles isto, isto é para o público, aqui é que se faz política e isto é política pura e dura. Mal feita e de forma que envergonha a nossa terra. Só pode envergonhar a nossa terra. Vila Viçosa avançou, ficou com a parte dela e ainda foi comer ao Alandroal dez por cento. Em Borba contraria-se e diz-se que não. Ouve-se este discurso, são do mesmo partido, o centralismo democrático funciona para uma, e não funciona para outra, isto é por acaso? Querem fazer de nós parvos? Só pode ser isso.

O membro Rui Bacalhau: uso da palavra para alguns esclarecimentos sobre o que ouvi ao longo desta intervenção política, penso que o meu colega Mário já a fez e acho que mais correcta do que aquilo que ele fez, é difícil. Agora, só para bem responder às criticas que me fizeram e ao mesmo tempo esclarecer: A forma como afirmei que uma empresa destas se torna rentável é se não remunerarem com ordenados chorudos os administradores. E aqui, pela percentagem que a Câmara de Vila Viçosa tem no capital, levanta-se a dúvida se havia alguma aproximação com essa administração. Provavelmente havia aqui algum interesse. Mas há aqui, outra questão: quais é que são os interesses supra-municipais a que a colega Filipa Almeida se referiu? parece-me, ela disse que sabia tanta coisa, que eram os interesses

supra-municipais pelo menos para todos. A população de Borba tem que saber o que é que se passa. Como gestora que disse que não é, mas parece, pelas afirmações que faz, eu gostava que fizesse uma exposição mais explícita, porque o que nós pretendemos, os eleitos do Partido Socialista, é que o concelho se dinamize que o concelho tenha uma dinâmica que perdeu nestes últimos anos, e é por isso que estamos aqui a discutir o dinamismo da Vila de Borba. Não estamos aqui para acautelar interesses particulares, nada disso, mas sim o interesse deste projecto para a população.

O membro Diogo Sapatinha: Eu, há bocado, disse que a empresa é viável e ela é efectivamente viável se bem gerida. Ao contrário do que disse a Dra. Filipa Almeida, não são coisas feitas no ar, nem ditas no ar, nem de ânimo leve, porque se a Câmara não tem estudos, há neste concelho, nesta terra, uma entidade que os fez. Estou a falar de uma entidade de que eu faço parte. Temos o estudo económico feito, não em tão larga escala, mas, se em pequena escala é viável, muito mais viável será em maior escala. O nosso estudo diz que esta actividade é altamente rentável, portanto isto não são afirmações feitas no ar, são análises baseadas em conhecimentos. A Doutora Filipa diz que não tem estudo, pois não tem, ele não é da Câmara, não foi a Câmara que o mandou fazer, se quer que eu diga o nome da entidade, eu digo, é a Santa Casa da Misericórdia de Borba. Resumindo, o que eu estou farto é de ver as escombreiras, o que eu estou farto é de ver este concelho parado, vamos mas é avançar com a empresa.

O membro António Anselmo: Para terminar, quero dizer que sou nitidamente a favor da constituição da empresa. Lamento que durante uma quantidade de meses se tenha andado em discussão com este assunto. Tenho aqui o projecto dos estatutos que está aprovado e diz aqui por baixo assim: Texto aprovado em reunião das partes, Comissão da Região do Alentejo, Câmaras Municipais, Assimagra, a 26 Novembro de 2001. Acho que a Dona Filipa à bocado falou muito bem. Eu sou novo nisto e a maior partes das pessoas são novas, são ingénuas mas têm um interesse muito grande em trabalhar e servir o concelho. Não se querem servir pessoalmente de coisa nenhuma. A Doutora Filipa disse muito bem, somos novos, e os novos normalmente são ignorantes, somos ignorantes mas somos generosos. Portanto, muito mais importante que haver confusão e ninguém a mandar, vale mais haver alguém a mandar nem que seja mal. Na minha opinião esta empresa é viável, mas muito mais importante que a empresa ser viável, ou não, é a forma como esta Assembleia vai controlar a parte respeitante à Câmara Municipal de Borba. Naturalmente que depois, relativamente aos dinheiros necessários ou não, é natural que algumas vezes as coisas corram bem e outras corram mal. É complicado se as pessoas gerirem mal durante anos, esses milhares de contos do concelho municipal de Borba. Estar agora a pôr em causa a empresa pelo facto de ser preciso dinheiro no futuro, não é correcto, legalmente logo se verá. Eu estou aqui para defender Borba, sou independente, claramente independente, e daqui por quatro anos na freguesia de S. Bartolomeu vai haver trabalho. Feito a benefício das pessoas de S. Bartolomeu e do concelho de Borba, e mais importante que uma empresa dessas é uma Assembleia competente. Gosto de coisas muito mais concretas, aliás, a minha vida é concreta e é de trabalho. Faz-me confusão como é que uma pessoa que fazia parte do executivo (a não ser que a Câmara Municipal de Borba não estivesse nessa reunião do dia vinte e seis de Novembro), vem agora dizer que alguma coisa está mal. Com o devido respeito pelas pessoas, com o devido respeito pela intervenção pessoal da Doutora Filipa, na forma como falou, sinceramente, não queiram fazer de santinhos quando na verdade têm mais pecados que os outros.

O membro Jerónimo Cavaco: Bem, o assunto está mais que esgotado, concordo plenamente com o Presidente da mesa quando diz que efectivamente devemos passar à votação de imediato. No entanto, eu gostaria de referir duas situações muito rapidamente. Gostaria de dizer à Doutora Filipa Almeida, se me permite, que acabou por dizer, passo a citar: "não digo que a empresa não é viável certamente o será: Falou-se igualmente em subjectividade, alguém falou no utilizar verbos com subjectividade. Eu pergunto: nestas declarações não existe também alguma subjectividade? Alguns colegas meus referiram a importância a todos os níveis, a nível ambiental, a nível da criação de postos de trabalho e penso que efectivamente está na altura de deixar-mos de ter medo e avançarmos, porque efectivamente não sabemos se as coisas vão correr bem ou se vão correr mal. Nunca efectivamente avançámos. Deveremos neste momento avançar para a criação da empresa, esta é a minha opinião. Se efectivamente a empresa criar à partida, quanto mais não seja postos de trabalho, e se alguma coisa por ventura puder vir a correr mal, ficarão concerteza, ganhos a nível do ambiente, que efectivamente nos choca, como disse o Augusto e,

muito bem. Eu não quero que os meus filhos venham de facto a ver aquilo que todos nós vimos, e com o qual todos nós partilhamos. Efectivamente está na altura de deixar-mos de pensar se vamos ou não vamos fazer. Eu penso que a época do marasmo já acabou e as pessoas estão nesta altura com vontade de trabalhar e fazer algo pelo concelho de Borba, pelo menos eu estou, e é para isso que aqui estou.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Aprovada por maioria, com quatorze votos a favor e cinco votos contra.

PONTO TRÊS PONTO DOIS- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital.

Foi eleito o senhor António Anselmo para integrar a referida Assembleia Distrital, por maioria, com catorze votos a favor e cinco votos brancos

PONTO TRÊS PONTO TRÊS - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Foi eleito o senhor Joaquim Manuel Esteves , para participar no referido Congresso, por maioria, com treze votos a favor e cinco votos brancos. O membro António Paixão recebeu um voto a favor.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO- Projecto Regimento da Assembleia Municipal, face às alterações introduzidas na Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro.

O senhor Presidente de Assembleia Municipal, informo a Assembleia que a mesa, na presença da Lei cinco A de dois mil e dois, que altera em cerca de cem parágrafos a Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de 18 de Setembro, elaborou um projecto de regimento tendo em vista substituir o anterior que, em muitos dos pontos, contrariava a respectiva lei, e para esclarecimentos sobre o procedimento vou passar a palavra ao membro Augusto Guégués.

O membro Augusto Guégués: Em relação a esta questão parece-me que seria, importante começar por dizer que a Lei é de conhecimento provavelmente de todos, e que vem pôr em causa o regimento desta mesma Assembleia. Há uma série de artigos que foram alterados, que são de facto imensos e a mesa entendeu por bem apresentar aqui uma proposta do novo projecto do regimento. No fundo, que regimento é este? A nossa preocupação foi, fazer uma transposição integral respeitando praticamente todo o articulado da Lei. Fizemos algumas complementarizações, sempre que o articulado se refere a todos os órgãos autárquicos ou remete para o regimento. Diríamos que estamos a respeitar integralmente a Lei, mas que a Lei foi regimentada. No futuro, até nós próprios pretendemos, possivelmente, fazer algumas alterações. Gostaríamos imenso que todos os grupos municipais fizessem também chegar propostas de alteração, essas propostas serão todas analisadas e introduzidas para melhorar o texto sem ferir a própria Lei. Portanto, todas as propostas apresentadas serão devidamente analisadas, e após essa análise, serão alvo numa próxima Assembleia Municipal de discussão ou aprovação, sendo introduzidas as alterações que entendessem convenientes. Portanto, o regimento em qualquer altura poderá ser alterado por esta mesma Assembleia. Por outro lado, há órgãos que neste momento, já estão a seguir a Lei cinco A, nomeadamente o executivo da Câmara Municipal. Como tal não faz sentido nós criar-mos aqui uma situação de impasse ou de vazio. Um regimento pela em vigor. Penso que desta forma, ficamos com o regimento actualizado e sempre possível de alterar no futuro.

O membro Maria Filipa Martins de Almeida: Nós tínhamos analisado esta questão e iríamos propor que pudesse passar para outra Assembleia, mas não o vamos fazer depois da explicação dada pelo Augusto, concordamos com o método, no fundo a legislação tem que ser aplicada, os órgãos têm que funcionar de acordo com a nova lei. Este documento foi entregue dentro do prazo, portanto não há nenhuma razão de queixa, mas eram muitos documentos como o senhor Presidente compreende, nós não analisámos pormenorizadamente, não há tempo, mas na próxima Assembleia, se até lá entendermos que há alguma proposta a fazer, faremos a entrega dessa proposta.

O membro Moura Lopes: Embora alguns de nós já tivessem oportunidade de ler a Lei que saiu já este ano, provavelmente nem todos os membros desta Assembleia tiveram essa oportunidade. Se fosse possível solicitávamos que entregassem uma cópia pelo menos aos membros da CDU.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: será entregue o documento.

O membro Joaquim Cardoso: Eu penso que esse método é correcto, aliás nós no regimento anterior tivemos esse cuidado. O regimento foi aprovado por unanimidade, ouve um grupo de trabalho e lembro-me que à noite, nos reuníamos com o senhor Presidente da Câmara, eis Presidente da Assembleia Municipal para ajustarmos propostas e estarmos de acordo. E já agora eu agradecia uma coisa se pudessem, que me fizessem chegar a Lei em diskette, eu creio que ela está no site da ANAFRE, em diskette no Word para que eu pudesse ler noutros métodos, de facto eu gosto muito de estudar essas coisas, e até se o regimento pudesse ir também, na mesma diskette é capaz de caber, isso permitia-me naturalmente poder estudar e naturalmente colaborarmos com proposta. Porque de facto os regimentos são a Lei, portanto eu agradecia que em sendo possível me chegasse esse suporte informático porque me facilitava a leitura da Lei. Creio que me vai fazer muita falta.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Quanto ao regimento o gabinete de apoio fará chegar uma diskette. Quanto à Lei, vamos tentar arranjar. Logo que seja possível nós fazemos chegar.

O membro Jerónimo Cavaco: Penso que o método é o apropriado, no entanto caso a mesa o entendesse e caso surgissem alterações ao projecto àquilo que está constante na proposta de regimento, não vejo até que ponto não seria benéfico para todos nós, que se criasse um grupo de acompanhamento a esta situação e às alterações, ou, ao próprio regimento, de forma a que fosse possível, o mais rapidamente a apresentação de uma proposta já final, na próxima Assembleia.

O membro António Paixão: Boa noite a todos os membros da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e ao estimado público. Eu queria, na continuação das achegas dadas ao nosso regimento, de salientar o seguinte: suponho que a Lei, a mais recente, a cinco A de dois mil e dois, devia ter contemplado, alguma referência em relação a alguns cuidados que se tem que ter com a conduta do público. Dado que, há bocado ouvi aqui uma reclamação por ter havido palmas do público, o nosso regimento já foi feito precisamente para não permitir que isso aconteça. Portanto, houve o cuidado da própria mesa da Assembleia em fazer constar no Regimento que não é permitido, porque houve alguém que estava a pensar que foi incentivado a acontecer. Obrigado.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Como não existem mais inscrições, vamos passar à votação deste projecto de regimento.

Aprovado por unanimidade

PONTO TRÊS PONTO CINCO - Regulamento do Inventário e Cadastro

O Senhor Presidente da Câmara Municipal: Este regulamento é um regulamento que foi feito ainda pelo anterior executivo, aliás como observaram pela acta que possuem é uma acta de uma reunião que o anterior executivo, realizou no dia três de Outubro de dois mil e um. É um regulamento que é importante fazer-se, tendo em conta o POCAL que aí vem, neste momento esta feito a parte de inventário dos bens móveis e já foi pago à mesma empresa que é a empresa SITE, para proceder à avaliação dos bens imóveis, como sabem tem de existir de acordo com o POCAL.

Aprovado por unanimidade

PONTO TRÊS PONTO SEIS - Expropriação Amigável

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Esta acta que possuem, também vem do anterior executivo, da reunião realizada no dia trinta e um de Outubro de dois mil e um. Como sabem quando se ultrapassa um determinado limite, e é o que aí aparece neste caso, o valor proposto é cento e onze milhões duzentos e

cinquenta e um mil quinhentos e oitenta escudos, é necessário submeter-se o assunto à deliberação da Assembleia Municipal. É uma expropriação que tem a ver com a construção da variante Borba - Vila Viçosa, e a ligação à estrada nacional duzentos e cinquenta e cinco.

O membro Diogo Sapatinha: Eu queria fazer só um pequeno reparo, é que este terreno foi altamente rentável para a Câmara Municipal. Segundo me parece, na anterior Assembleia aprovamos a compra desta propriedade por cinquenta mil contos, e agora só uma parcela dessa propriedade é vendida por cento e onze mil contos, altamente rentável.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: como não há mais ninguém inscrito, vamos passar à votação.

Aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO SETE - Vigência de Protocolos de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia

O senhor Presidente da Câmara Municipal: como sabem os protocolos com as Juntas de Freguesias vigoravam até trinta e um de Dezembro de dois mil e um. Para que de facto eles continuassem a usufruir desse protocolo havia necessidade de ser autorizado, isso foi discutido e autorizado pela Câmara Municipal, esses protocolos têm que ser rectificadas pela Assembleia e é por isso que aqui está. Esses protocolos de delegação de competências referem-se apenas ao facto de poderem vigorar até vinte e oito de Fevereiro, foi apenas para Janeiro e Fevereiro e como tal aparece a proposta à Assembleia Municipal para rectificação.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, como não há mais ninguém inscrito, vamos passar à votação.

Aprovado por unanimidade

PONTO TRÊS PONTO OITO - Empréstimo a curto prazo

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Este é um empréstimo para fazer face às dificuldades de tesouraria de acordo com a Lei. Foram feitas as consultas a quatro entidades bancárias e após análise feita pelo economista da Câmara, chegou-se à conclusão que a melhor proposta era a do Banco Espírito Santo que como consta aí da acta da reunião de Câmara, foi aprovado na Câmara Municipal e portanto vem para pedir autorização à Assembleia Municipal para aprovação deste empréstimo, junto do Banco Espírito Santo.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: como mais ninguém quer usar da palavra sobre este assunto, vamos passar à votação.

Aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO NOVE - Empréstimo a médio e longo prazo da linha de crédito CGD/BEI - Prorrogação de prazo

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Eu queria apenas e em primeiro lugar pedir desculpa, pelo facto de estes documentos aparecerem apenas hoje em cima da mesa. Tiveram a ver com a reunião de Câmara que se iniciou na passada segunda-feira e terminou hoje como provavelmente já viram, e este empréstimo a médio e longo prazo é um empréstimo que já vinha do executivo anterior, aliás já havia sido, suponho eu, aprovado na anterior gestão, e para que de facto haja prorrogação do prazo de oito a doze anos é necessário que a Assembleia Municipal actual o rectifique e daí, bem, eu penso que isto não levanta problema nenhum. Se a Assembleia Municipal assim o entender poderá pronunciar-se sobre ele, ou então ficar para a próxima Assembleia. Mas eu penso que não tem nada de grande importância e penso que isto é para bem da Autarquia.

O membro Moura Lopes, apesar desta pequena dificuldade de só recebermos hoje aqui o documento, os membros da CDU na Assembleia Municipal entendem que esta reformulação do crédito é favorável para a Câmara Municipal de Borba e, nessa conformidade, nós estamos de acordo e vamos votar a favor.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Como mais ninguém quer usar da palavra, vamos passar à votação.

Aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO DEZ - Delegação de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Foi apresentado declaração de voto pela CDU (anexo 9).

O senhor Presidente da Câmara Municipal: relativamente a este assunto, um breve esclarecimento também, passa-se exactamente a mesma situação do documento anterior, portanto o pedido de autorização à Assembleia Municipal que aliás foi discutido hoje de manhã na reunião de Câmara, é uma cópia da Lei. O conteúdo são todas as alíneas relativamente às quais se pode fazer descentralização às Juntas de Freguesia. O actual executivo embora considere estas alíneas todas, não quer dizer que haja acordo, que haja descentralização de todas essas competências para as Juntas de Freguesia. O que se pretende é apenas que no fundo a Assembleia Municipal nos permita, nos autorize, a depois elaborar os protocolos com as Juntas de Freguesia. Mas, se o entenderem pode passar para a próxima Assembleia, só que nessa situação nós vamos ter a possibilidade de fazer para Março e Abril o que fizemos para Janeiro e Fevereiro.

O membro Maria Filipa Martins de Almeida: Sobre esta questão da delegação das competências, há bocado, não tivemos dúvida nenhuma em rectificar a vigência dos protocolos até vinte e oito de Fevereiro porque a vida não para, o trabalho não para, as competências estavam descentralizadas e as actividades não paravam no dia trinta e um de Dezembro, nem no dia quatro de Janeiro quando a Câmara tomou posse, agora parece-nos que a delegação, a futura delegação de competências merecerá uma análise mais aprofundada. Também, e como o senhor Presidente já reconheceu só hoje é que tivemos esta proposta em cima da mesa, somos acérrimos defensores da delegação de competências das Juntas de Freguesia. Neste concelho a CDU foi pioneira em descentralizar para as Freguesias muitas matérias que eram competência da Câmara Municipal. Naturalmente todos os anos se tem que aferir com cada Junta de Freguesia a execução, a menos ou a menos boa execução dessas competências, entendemos que não vamos votar contra, somos defensores da descentralização, não vamos votar contra isto. Mas, dado que não houve tempo para nos pronunciarmos, para analisarmos esta questão, vamos abster e gostaríamos que os protocolos que até são todos com Juntas de Freguesias da responsabilidade do Partido Socialista, os protocolos fossem devidamente acautelados e devidamente analisadas as condições que cada Junta pode ter para cada uma das competências. Porque há Juntas que podem ter condições para competências, e outra Junta ao lado, mesmo da mesma força política pode não ter condições, não ter meios para essa mesma competência. Pela nossa parte, se a CDU tivesse a maioria nesta Câmara os protocolos não iriam ser necessariamente iguais aos protocolos do ano anterior, porque a avaliação faz-se todos os anos.

O membro António Paixão: Só queria pedir que houvesse o máximo de celeridade na definição específica das competências a delegar em particular para cada Junta de Freguesia, segundo apurei também era o objectivo da Doutora Filipa de Almeida, e ao mesmo tempo dá-me ideia que aqui nestas alíneas se não houve alteração à Lei falta-me aqui outra que é a cobrança de taxas próprias da Câmara Municipal, maiormente taxas de publicidade, de ocupação da via. Portanto, pode ter sido um simples erro de não a colocar. Já agora é uma achega para o futuro protocolo.

O membro Ivone Espiguinha: sou totalmente de acordo com a descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, como foi dito pela Doutora Filipa. Cada junta terá talvez meios diferentes umas das outras, e por isso mesmo gostaria que à posterior fosse informada de quais as competências específicas para cada Junta e quais os meios técnicos humanos que as próprias Juntas terão à sua disposição para fazer o cumprimento dessas delegações.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: não havendo mais inscrições vamos passar à votação

Aprovado por quatorze votos a favor e cinco abstenções.

PONTO TRÊS PONTO ONZE - Constituição dos Grupos Municipais

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: a Lei cinco-A trás um artigo com esta novidade da constituição dos grupos municipais. Pedia, portanto, aos membros da Assembleia que analisassem este ponto para que ele seja discutido em profundidade e sujeito à apresentação dos grupos municipais, de acordo com o artigo quarenta e cinco B, que passo a ler: "Grupos Municipais - os membros eleitos bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia eleitos por cada partido ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeito de constituição de grupos municipais nos termos da Lei. A constituição de cada grupo municipal efectua-se mediante comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal assinada pelos membros que o compõem, indicando a sua designação bem como a respectiva direcção. Cada grupo municipal estabelece a sua organização devendo qualquer alteração, à composição ou direcção do grupo municipal ser comunicada ao Presidente da Assembleia Municipal. Os membros que não integrem qualquer grupo comunicam o facto ao Presidente da Assembleia, e exercem o mandato como independentes". Portanto aquilo que eu solicitava é que na próxima Assembleia os partidos e coligações tragam a constituição dos seus grupos municipais, ou se possível, que a façam chegar antes da reunião ao gabinete de apoio da Assembleia para já virem constituídos. Da mesma forma, os membros que pretendem desempenhar as suas funções como independentes devem fazer entrega da comunicação escrita a que se refere o ponto quatro do referido artigo. Como ninguém quer usar da palavra, deixamos este ponto para a próxima sessão, com a finalidade de dar conhecimento dos documentos entregues na mesa.

PONTO TRÊS PONTO DOZE - Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da situação financeira da mesma. A CDU apresentou requerimento (anexo 10).

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Existem dois documentos de apoio, eu passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Em relação ao relatório de actividades da Câmara Municipal entre quatro de Janeiro e quinze de Fevereiro, este documento enumera os assuntos que consideramos mais significativos. Relativamente à coordenação geral e representação é referido aí a questão da selagem da lixeira e da inauguração do aterro sanitário, e também uma reunião que foi feita com senhor Ministro Socrates para tentar resolver a questão das ETAR's e do abastecimento de água em alta para o distrito de Évora. Também é referida a participação na cerimónia para o encerramento das comportas do Alqueva, no dia oito de Fevereiro. Relativamente ao planeamento e apoio ao desenvolvimento integrado, aparecem aí uma serie de reuniões que foram em grande parte promovidas por mim: reunião com diversas empresas que executaram obras, empreitadas pela Autarquia, com as quais existem processos complicados de resolução, alguns deles a caminho do Tribunal. São os casos da Betofer e da Pavia; e de algumas empresas que neste momento estão a trabalhar em obra, como é o caso da Edicon, da Messias & Irmão e da Sopovico (incluída nas anteriores). Depois, também será importante referir a reunião com Associação de Municípios do Distrito de Évora para discussão e tomada de decisão sobre instalação do sistema provisório, de transferencia de resíduos, de modo a desactivar as lixeiras, na sequência da inauguração que foi referida há pouco. Uma reunião que foi promovida por mim e teve que ver com o primeiro ponto desta ordem de trabalhos relativa às ADC's,. Também a reunião com as Câmaras Municipais da região dos mármoreos relativa às dívidas que ainda existem dessas Câmaras, (Alandroal, Vila Viçosa e Estremoz), sobre a obra em que Câmara de Borba foi líder e que tem que ver, com pagamentos dessas Câmaras à Câmara Municipal de Borba. Foi feita uma reunião com credores, porque os telefonemas eram imensos quer para os serviços e fundamentalmente para a tesouraria. Houve que fazer uma reunião para explicar alguns aspectos da situação económica e a decisão de começar por pagar as facturas mais antigas e aquelas mais urgentes que se prendiam com candidaturas a fundos comunitários e que podiam impedir que as verbas fossem recebidas. E também a participação nas reuniões com a Comissão Distrital de Segurança Rodoviária; com a Copobor, relacionada com o terreno anexo à Igreja Matriz; com a Saúde Borba, devido à situação da implementação da nova clinica junto ao Mercado Municipal; com o Doutor

Barroso, relativamente à situação do hospício; no Gat de Évora de onde trouxe já, digamos que uma "proposta" sobre o plano pormenor da ZHI tendo em vista a apresentação de novas propostas, e, na CCRA sobre possíveis alterações ao plano pormenor da zona da cerca, onde há algumas complicações. Relativamente à administração urbanística, não sei se o senhor Vereador das Obras se quer pronunciar? Se quer tomar a palavra?. De referir ainda que em relação aos recursos humanos foi feita uma reunião com o STAL tendo em vista a resolução de alguns problemas relacionados com os trabalhadores desta Autarquia, nomeadamente em termos de formação e até em termos de situação de contratos.

O senhor Vereador Artur Pombeiro: Começando pelas obras municipais por empreitada à que referir a cobertura do Palacete dos Mellos; o alargamento e pavimentação da estrada mil e quarenta e um (da Nora, a estrada 508 cruzamento da Ribeira) e; a continuação dos trabalhos da ETAR da Parreira. Em obras municipais por administração directa: a conclusão dos arranjos exteriores do Bairro primeiro de Maio; a continuação dos trabalhos da Boa Vista em Rio de Moinhos, a continuação dos trabalhos de encaminhamento de águas pluviais da estrada mil e quarenta e um, (entre a estrada nacional quatro e a Nora), a continuação da obra dos Monchões (falta apenas asfaltar). Continuação dos trabalhos no loteamento da Nave, no loteamento habitacional do Forno e trabalhos de beneficiação na estrada mil e quarenta e dois e reparação de pontão. Arranjos de caminhos municipais e limpeza de valetas na Freguesia de Rio de Moinhos. Em obras particulares, foram aprovados dois projectos de arquitectura, foram aprovados nove projectos de especialidade e emissão de licença de obras, foi aprovado um projecto de alteração ao projecto inicial. Em trânsito, foi substituída alguma sinalização vertical que se encontrava danificada.

O senhor Vereador Humberto Ratado, Quanto à cultura e desporto, devo salientar que se realizou uma reunião com o clube de ténis de Montemor-o-Novo, para análise de um projecto mini-ténis, a realizar na escola. Foi aprovada uma minuta de protocolo a celebrar entre o Instituto Português das Artes e do Espectáculo e a Câmara Municipal de Borba. Realização de reuniões com diversas associações culturais e desportivas do concelho, tendo em vista o estabelecimento de contratos-programa com as devidas apresentações. Quanto à acção social efectuaram-se reuniões com as Associações e Colectividades do Concelho. Reuniões de trabalho no âmbito da rede social. Deu-se início ao cumprimento do regulamento que rege a rede social, em que se refere que todos os meses deve haver uma reunião deste núcleo executivo. Vamos para a frente e vamos buscar novos parceiros. Actividades económicas: trabalhos preparatórios para a quarta edição da feira do queijo, devo adiantar que aqui já se tinha definido em reunião prévia com os fabricantes de queijo do concelho, foi aprovada a proposta de se realizar a feira em S. Tiago de Rio de Moinhos, e então por maioria foi realmente deliberado que se realizará em Rio de Moinhos, este ano e espero que corra tudo bem.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à informação da situação financeira, também têm em vosso poder alguma informação. De qualquer forma quero dizer-vos que a situação da Câmara não é uma situação fácil, é uma situação crítica em termos globais e que torna a gestão corrente difícil. Nós com a nossa prata da casa, com os nossos conhecimentos e com os auxílios dos serviços, apurámos uma dívida, que nós consideramos dívida, na qual estão incluídos entre outros: os empréstimos; encargos processados e não pagos, e; aquilo a que nós chamamos compromissos assumidos e não processados, ou seja, no fundo compromissos contratualizados, os leasings. Chegamos a um valor de um milhão duzentos e cinquenta mil contos. Naturalmente, como vos disse, estes são os números a que nós chegamos. Estes resultados carecem de fé pública e, daí termos decidido entregar este trabalho a uma empresa externa de auditoria, tendo em vista, no fundo, que se chegue efectivamente à conclusão de qual é realmente a dívida e confirmar se este valor é ou não é o mais correcto. Pensamos que sim, chegamos a ele e portanto para nós não temos dúvidas, é uma questão de confirmação por uma entidade exterior. Essa auditoria, que ao mesmo tempo terá um carácter pedagógico, terá em vista corrigir aquilo que esta mal e orientar a forma como a autarquia deve organizar os seus serviços. Para já, fico por aqui.

O membro Rui Bacalhau: Senhor Presidente da Câmara esta explicação e esta introdução que o senhor fez a este ponto tão crítico, demonstra que de facto o senhor Presidente tem que ter muita valentia para conseguir levar a água a bom termo. Inicialmente, só queria fazer algumas perguntas sobre a

documentação, dúvidas que se me levantaram aquando da análise. No quadro um, da capacidade de endividamento, qual é unidade de moeda? Não está especificado, é euros ou contos? Dizem-me que é euros, é que depois o quadro dois já aparece em contos, daí a minha dúvida. E também ainda dentro do quadro um, queria saber o que é que são os encargos processados e não pagos? Alguma especificação sobre essa rubrica, que atinge um valor dois milhões e quatorze mil seiscentos e oitenta e um euros? Depois, também antes de formular a minha opinião e antes de fazer uma intervenção mais alargada, gostaria de conhecer, se tivesse oportunidade de o fazer, uma descrição dos principais fornecedores e as verbas que os envolvem? Pelo menos para nos localizar-mos.

O membro Ivone Espiguinha: Em relação à situação financeira no quadro dois, projectos apresentados à CCRA, gostava de saber em que fase se encontram essas obras? Se estarão terminadas, em fase adiantada, ou não? Porque acho que isso irá pesar depois na situação final da dívida. Em relação ao relatório, gostava que me desvendasse um bocado da conclusão, talvez tenha sido pequena, da reunião do Dr. Barroso e também quais as novas propostas para o plano pormenor da ZH1-

O membro Maria Filipa Martins de Almeida: Eu vou primeiro falar do relatório da actividade da Câmara e depois do relatório da situação financeira. Não vou fazer perguntas, nem críticas sobre o relatório que é apresentado, da actividade da Câmara neste período de cerca de um Mês e meio. Aquilo que nos é apresentado é normal, é lógico, era assim que eu imaginaria que ia ser, não podia ser de outra maneira. Este conjunto de reuniões, este enorme conjunto de reuniões que o senhor Presidente e os senhores Vereadores promoveram ou participaram é normal numa equipa que está a começar a gerir, isto é o normal. Aliás, até a forma de apresentar é a mesma que a Câmara anterior apresentava à Assembleia Municipal, portanto, isto é o que seria de esperar de uma Câmara que está há um mês e meio à frente dos destinos da Autarquia. Aquilo que eu não consigo esquecer, e eu prometo que não tenho aqui nada e não trago hoje, mas em Abril já vem, aquilo que eu não consigo esquecer, mas agora o pó já baixou, os ânimos já acalmaram, eram as actividades propostas em campanha eleitoral para o dia dezassete de Dezembro e para o dia quatro de Janeiro, essas é que não seriam normais, porque a realidade é isto, um conjunto de reuniões, um conjunto de actividades, um conjunto de conhecimentos da situação, que o senhor Presidente tinham que fazer, e em que gastar e bem o tempo. Agora, aquilo que foi apresentado não era esta normalidade, eram muitas promessas, algumas até para dia dezassete de Dezembro, e estão escritas. E às vezes é bom a gente recordar porque a memória por vezes é curta. E não vou, porque acho que temos que dar tempo às pessoas, não vou fazer nenhuma crítica, nem perguntas que já me estão a ocorrer neste momento, em Abril se calhar já farei algumas. Em Abril, até porque em Abril será apresentado o plano de actividades, aí, possivelmente, já farei algumas, e nomeadamente senhor Vereador Humberto Ratado de certeza que vai ter muitas perguntas da minha parte. Sobre o relatório, aí confesso que já não percebi bem. Não percebi algum do português que aqui está, mas isso é defeito meu. Não percebi como é que, logo no primeiro parágrafo se junta um milhão duzentos e cinquenta mil contos que a Câmara diz que apurou, como é que se misturam empréstimos com encargos processados e não pagos, com compromissos assumidos e não processados, com leasings e com outros? Isto é que eu não entendo. Porque de acordo com a lei das finanças locais, cada uma destas coisas é uma coisa diferente. Ainda há pouco a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a prorrogação de empréstimo de oito para doze anos, os empréstimos tem um calendário de pagamento. As obras calendarizadas e acordadas com as empresas, tem um calendário, tem faseamentos e tem calendários de execução e de pagamento que estão em dívida, enquanto não estiverem feitas, estão em dívida. Os leasings não estão em dívida na sua totalidade. Os encargos processados e não pagos, também não sei o que é. A questão fundamental é que isto não se pode misturar tudo, e a proposta, o requerimento que até vamos apresentar é que seja fornecida à Assembleia Municipal um documento discriminado da situação financeira da Autarquia, do que é que são empréstimos, o que é que são leasings, o que é que são encargos processados e não pagos, o que é que são contratos com empresas, de obras já realizadas e de obras não realizadas? Porque assim como aqui está é uma salada com vários componentes. E conhecendo eu, como conheço os serviços da Câmara e os técnicos, e até está nesta sala um técnico da área financeira, eu digo-vos muito sinceramente, durante o mandato anterior, e está aqui o doutor Nuno, eu no mandato anterior nunca vi uma informação tão confusa sobre a situação financeira, como esta que está aqui em cima da mesa. Eu não acredito, não é de maneira nenhuma nem de perto nem de longe uma crítica ao funcionário ou ao técnico, de maneira

nenhuma, porque eu acho que o Doutor Nuno não é capaz de escrever isto, porque é um economista que nos habituou a apresentar dados com clareza, e portanto, desculpem-me a franqueza isto não é da autoria dele, e não tem que ser. O relatório da situação financeira é da responsabilidade do senhor Presidente, o senhor Presidente manda fazer a quem e como entender. Agora que isto é uma grande confusão, é. Embora o ser confusão não tire gravidade nem tire dívidas à Câmara, mas elas têm que ser apresentadas de forma clara para que a Assembleia as conheça, e assim eu não percebo como alguém já disse também, não percebo este quadro de capacidade de endividamento. Enfim, acho que isto é muito confuso, e solicito ao senhor Presidente que em futuras Assembleias nos seja apresentado um quadro claro, transparente, porque a situação exige medidas como qualquer Câmara, mas não pode ser com esta mistura que aqui está, isto não é nada. Isto, desculpem lá, é uma coisa que acho que nenhum de nós percebe, independentemente das forças políticas que aqui estão, nenhum de nós consegue entender bem isto.

O membro António Anselmo: Em primeiro lugar vou comentar uma coisa que foi dita pela Doutora Filipa, que acho que está correcta na base. Agora há uma coisa que é importante as pessoas saberem, se eu fosse membro do anterior executivo da Câmara e tivesse perdido as eleições no dia dezasseis de Dezembro, dava parabéns aos que ganharam, no dia dezassete dizia vou descansar um bocadinho e no dia vinte de Dezembro antes do Natal dizia, vamos sentar aqui e meus amigos a situação é esta: devemos a A, B e C e temos a receber de X, Y e Z, e fazia uma passagem correcta das coisas. Esse documento que aqui está, diga-se de passagem que é uma confusão que ninguém se entende, permite todo o tipo de dúvidas, principalmente a quem quer que elas existam. E penso que este grupo de trabalho que aqui está não quer que existam dúvidas nenhuma. Agora, em relação à Junta de S. Bartolomeu, que é uma Junta muito pequenina, que andou para aí metida em confusões, mas o que é certo é que no dia três de Janeiro o novo executivo de S. Bartolomeu tomou posse, e no dia quatro de Janeiro fomos olhar para a situação, para sabermos exactamente o que devíamos, o que nos deviam a nós, e fazermos mais ou menos um total daquilo que havia disponível para pagar as dívidas que estavam pendentes, que por acaso, estavam todas processadas, contabilizadas, sabíamos a quem devíamos e como havíamos de pagar. Estranhamente há um documento, aliás há vários documentos em que o executivo da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu diz que a Câmara lhe deve quinze mil novecentos e oitenta e um contos! É muito dinheiro. Da seguinte forma: em mil novecentos e noventa e nove por afectação da verba de capital deviam ter sido atribuídos à Junta de Freguesia dois mil e quatrocentos contos, naturalmente que o protocolo da Câmara que também tive o cuidado de ler, diz poderia. Eu quero saber, não sei se pergunte ao novo executivo ou ao anterior, é verdade que deve a Câmara Municipal à Junta de Freguesia de S. Bartolomeu esse valor que consta em orçamento? É que se não deve, o orçamento está mal feito, e se está mal feito alguém o aprovou. E com dois mil e quatrocentos contos a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu podia ter feito trabalho, trabalho que beneficiava quem? Beneficiava as pessoas de S. Bartolomeu. Eu quero saber se a Câmara Municipal de Borba actual ou a anterior deve da venda do edifício das Juntas cinco mil e quinhentos contos. Um pedido de afectação atribuído em noventa e oito: dois mil quatrocentos e quarenta e oito contos; um em noventa e nove: dois mil seiscentos e doze contos; um em dois mil: dois mil seiscentos e setenta e sete contos; um em dois mil e um: dois mil setecentos e quarenta e quatro contos? Com esse dinheiro a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu fazia um brilharete melhor do que aquele que as Câmaras anteriores fizeram durante não sei quantos anos. E mais ainda, se essas comunicações foram feitas à Câmara Municipal de Borba, e não houve resposta, quer dizer: quem cala consente. Se não for hoje, no prazo máximo de um mês a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu exige que lhe digam se a Câmara actual ou a anterior, lhe devem ou não este dinheiro. E depois há outra situação que é muito importante, em relação aos protocolos da descentralização para as Juntas de Freguesia, independentemente se tem ou não capacidade para realizar trabalho, há uma coisa que eu vos digo a vocês, independentemente de terem pessoas para o fazer, há pessoas que podem trabalhar por administração directa, por um concurso, ou através da própria Câmara. Nós estamos aqui para servir pessoas, porque se chegar à conclusão que estamos aqui para conversa fiada, não venho cá mais.

O membro Jerónimo Cavaco: Bem, eu parece-me que para além do documento não apresentar, ou não estar discriminado de forma a que todos possamos entender, eu parece-me que a confusão existe, não só no documento, mas também em algumas situações que não estarão bem definidas neste momento, se não também o executivo Camarário actual, provavelmente, não teria pedido a certificação das contas que

acabou por apurar. A confusão não será no documento, provavelmente, será naquilo que deu origem ao documento, provavelmente, o executivo Camarário actual, terá que perguntar ao executivo anterior onde é que existe a confusão, possivelmente ela existe em muitos sítios. Eu ia pegar, não na análise financeira da Câmara, porque penso que o senhor Presidente terá neste momento elementos que provavelmente, quando conseguir responder, poderão ser esclarecedores relativamente a alguns pontos, mas no relatório das actividades da Câmara. Um ponto que em conjunto com a acta que saiu da reunião de câmara me parece no mínimo preocupante, pelo menos na minha opinião, tem a ver com a reunião que se realizou no passado dia onze de Janeiro na Associação de Municípios, relativamente à discussão e tomada de posição sobre a instalação do sistema de transferência de resíduos de modo a tratar as lixeiras existentes e iniciar o processo de encerramento. Portanto, por aquilo que eu sei, actualmente a nossa lixeira, ou a lixeira que está dentro dos limites do concelho de Borba recebe neste momento resíduos de Borba e Vila Viçosa, mas passará a receber no futuro resíduos de Borba, Vila Viçosa, Estremoz, etc... até estar concluída e estação de tratamento de transferência. Não sei se estarei errado, ou não, em relação ao que estou a dizer. Vejo também nesta acta que o Vereador eleito pela CDU refere que compete também ao consórcio..., desculpem a minha ignorância, não conheço, não faço a mínima ideia, não sei o que é. Quem criou? Qual é a participação da Câmara? Eu penso que à população de Borba interessa saber neste momento, a mim interessa-me e muito provavelmente à maioria das pessoas que estão aqui, saber até que ponto, com a estação de transferência construída ou não, a nossa lixeira tem neste momento capacidade para receber resíduos de mais dois concelhos do que estava a receber? Como é que estas questões ambientais vão ser tratadas? Isto tendo em conta que, e pode parecer um paradoxo, anteriormente foi aprovada a integração da Câmara Municipal de Borba numa empresa para resolver uma questão ambiental. Eu agora pergunto ao executivo actual ou ao executivo anterior, se isto já existia ou se foi criado. Como é que esta questão vai ser gerida? Quem é que tomou a decisão de ser imposta a estação de transferência de resíduos? E como é que este dito consórcio vai funcionar, ou não vai funcionar?

O membro Diogo Sapatinha: Eu queria fazer duas críticas, um esclarecimento e uma pergunta. As críticas são: precisamente a este relatório, senhor Presidente da Câmara o relatório como foi dito pela Doutora Filipa é semelhante àquele que era apresentado pelo anterior executivo, foi criticado muitas vezes pela bancada do PS, nomeadamente pelo professor Cabral. Nós não precisamos de saber quantas vezes o Presidente vai à casa de banho, nós queremos é linhas orientadoras para o nosso concelho. A segunda crítica é relativamente aos quadros, à maneira como são apresentados. Mas contrariamente ao que disse a Doutora Filipa, isto não é apaneios deste executivo porque eles são exactamente iguais aos que eram apresentados antigamente. Agora um esclarecimento também à Doutora Filipa, que não sabia o que queria dizer encargos processados e não pagos. Encargos processados e não pagos são: chamando os bois pelos nomes como se costuma dizer, são facturas por pagar. E depois de fazer o esclarecimento, vou fazer a pergunta. Eu queria saber, neste quadro dois, estas verbas que aqui vêm atribuídas a projectos já apresentados à CCRA com verba aprovada, se esta verba está toda por receber ou se já foi alguma parte desta verba recebida? E já agora, se foi recebida por este executivo ou pelo anterior?

O membro Augusto Guégués: Em relação à situação financeira da Câmara, o executivo fez, digamos assim, um levantamento da situação. A situação atinge um determinado montante que se estima em um milhão duzentos e cinquenta mil contos, parece que ainda não está tudo apurado. Possivelmente só uma auditoria é que poderá apurar tostão por tostão a situação da Câmara Municipal. Estou plenamente confiante na gestão destes meus companheiros e portanto com muito trabalho e com muito sacrifício, a situação da Câmara estará equilibrada dentro dos tempos necessários para o efeito. Agora aquilo que eu penso é que a população de Borba, toma aqui conhecimento de qual é a situação real que o executivo de maioria PS encontrou aquando da transferência do resultado das eleições autárquicas. Agora, mais em pormenor, a Doutora Filipa há pouco dizia que não percebia encargos processados e não pagos. Acontece que eu tenho aqui um quadro apresentado pela Câmara Municipal anterior, em Outubro, um quadro em que está lá a mesma coluna e em que diz encargos processados e não pagos. O que é grave nesta história toda é um pouco o seguinte: o balanço foi feito e atingia um valor de cento e trinta e três mil contos e neste momento são quatrocentos mil contos, em dois meses. Foram duzentos e setenta mil contos de aumento, é mentira? tenho aqui o quadro. Agora, fala-se na história dos programas e da campanha eleitoral, não tenha dúvidas Doutora Filipa que o programa eleitoral do Partido Socialista vai ser

transposto para o plano de actividades, já brevemente, e ficará a ter a certeza que durante os próximos quatro anos vamos tentar cumprir integralmente o programa que foi apresentado pelos eleitos. Fique sabendo que vamos respeitá-lo integralmente.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: As perguntas foram tantas que eu vou procurar responder a todos. Eu costumo dizer que a vida é feita de aprendizagens, e portanto este documento aparece como um documento misto, isto é, tem uma primeira parte da nossa autoria e uma segunda parte que não foge muito aquilo que o anterior executivo apresentava. Fizemos questão de o fazer assim, propositadamente. Naturalmente, que em termos futuros não será este o documento. No entanto, vamos ver se eu consigo responder às três questões levantadas pelo senhor Rui Bacalhau: em relação aos encargos processados e não pagos, salvo erro os mais importantes, porque eu não sou técnico em contabilidade, e pedi aos serviços algumas informações. Uma das coisas que pedi, foi de facto a relação das autorizações processadas e não pagas. Há aqui variadíssimas empresas que vão desde as mais pequeninas às maiores, naturalmente que aquelas que saltam mais à vista é uma Agripó, um Silva Duarte & Baptista, e uma Arlimoz, uma Associação de Municípios de Évora, a Caixa Geral de Aposentações, uma Copobor, uma Companhia de Seguros Mundial Confiança, uma Calegar Informática, um José Clérigo & Filhos, um Mota & Companhia. Enfim, naturalmente que se os senhores membros o entenderem têm uma extensa lista que podem consultar e fazer uma análise mais exaustiva. Em relação a encargos com remunerações, entendi que os salários dos trabalhadores não estão em causa, nunca estiveram em causa. Apenas uma questão, eu tive que pagar já no meu mandato, as horas extraordinárias que todos os trabalhadores desta Câmara tinham por receber, realizadas no mês de Novembro. Aos trabalhadores desta Câmara não lhe foram pagas as horas de Novembro, fui eu que as paguei com o vencimento de Janeiro. Em relação ainda a encargos processados e não pagos, a verba é a aí está, e essa verba são ordens de pagamento que existem, mas para as quais não há dinheiro. Continuando, e eu deixava aqui a pergunta da Dona Ivone para o fim, porque tem que ver mais com o relatório de actividades, chegámos à conclusão do valor empréstimos contraídos, independentemente se são pagos este ano, ou não. Eu quis saber realmente o que é que a Câmara deve, agora se pago este ano, se pago para o ano, isso será a seu tempo, naturalmente que há alguns empréstimos que serão pagos em anos seguintes, mas é uma dívida ou não é uma dívida? Para mim, com os meus fracos conhecimentos de contabilidade, é uma dívida. E então, temos a módica quantia de empréstimos contraídos de quinhentos e vinte seis mil contos. Dívidas de tesouraria: Nestas dívidas de tesouraria temos empréstimos a curto prazo, ADSE, IRS e Caixa Geral de Aposentações, que o anterior executivo descontou aos trabalhadores em Novembro, mas que não pagou até ao fim do ano. Lembro só que isto é um crime fiscal. E eu tive que pagar depois de ter tomado posse, no valor de sessenta e três mil contos. Processado e não pago: isto reporta-se a trinta e um de Dezembro com o valor à volta de trezentos e vinte mil contos. A ADSE até Julho de dois mil e um, participações em consultas, etc... de quarenta e nove mil contos, minuta de transação. Ah! já agora só para fundamentar mais toda a informação que aqui tenho, voltando à primeira, empréstimos, quero-vos dizer que uma das coisas que me saltou imediatamente à vista, porque no anterior mandato, fui Presidente desta Assembleia e lembro-me de termos concedido um empréstimo de setenta mil contos específico para a construção do cartório, e neste momento o empréstimo foi utilizado e o cartório não foi construído. Mas há aqui factorings: há um factoring ao Silva Duarte e Baptista, um à Associação de Municípios de Évora, uns à Sopovico. Factoring na minha opinião é um empréstimo camuflado, ou seja, eu entendo que isto que aqui está são dívidas que foram pagas, foi um banco que pagou estas dívidas, e que passou à margem da Assembleia Municipal. Não sei se a Lei o permite, mas a auditoria, o dirá. Uma coisa é certa, é que fui informado pela Comissão de Coordenação Alentejo de um corte de dezasseis mil contos relativo à estrada quinhentos e oito, que liga o Alandroal a Estremoz, porque existe um factoring que paga uma factura de quarenta e tal mil contos e como o que conta como pagamento para feitos, isto foi uma obra candidatada. Além da factura do fornecedor a ordem de pagamento com o carimbo da tesouraria, como não existe ordem de pagamento porque quem pagou foi o Banco, esses dezasseis mil contos vão ser cortados. Há aqui também nesta rubrica uma dívida de dois mil quinhentos e dez contos, que tem que ver com Tribunal de Contas, com elementos respeitantes à conta de gerência respeitante de mil novecentos e noventa e seis, que devia ter sido paga em mil novecentos e noventa e oito, e não foi pago. Depois, há aqui em encargo também com a horta dos palomes no valor de nove mil e quinhentos contos que nós temos que pagar duas prestações, uma até trinta e um de Março e outra até trinta de Junho de dois mil e dois. Depois temos compromissos

contratados, assumidos e não processados. Eu dou-vos só um exemplo: o caso do mercado municipal, o alargamento, em que há aqui assim, é uma obra no valor de vinte seis mil contos aproximadamente. Processado e não pago, processado e não pago estão sete mil quinhentos e nove contos e não processados, os tais encargos que nós consideramos assumidos porque estão contratualizados e a Câmara não pode fugir, tem que o pagar, estão dezoito mil contos. Depois também no dia sete quando eu cheguei a esta casa, antes de me ter sentado na cadeira, recebi um telefonema da Auto-Volvo dizendo que ou pagava dois mil e tal contos ou então o autocarro que estava com uma avaria, não era arranjado, e que eu tive que pagar imediatamente. Logo nesse dia deram-me estas ordens de pagamento, aliás estas requisições à frente, todas elas datadas de quatro de Janeiro, no valor de aproximadamente dez mil contos. Ou seja, eu parto do princípio que toda esta gente que aqui está, terá trabalhado entre o dia quatro de Janeiro e o dia sete, fim de semana, possivelmente. A menos que tenham sido feitas obras sem requisição, isso é uma questão que eu não me vou pronunciar, por enquanto. Em relação aos leasings, a dívida vai em cerca de trinta e cinco mil contos, em trinta e um de Dezembro e tem que ver com a Locapor, Locapor, Autocarro, varredora, dumper, esta dumper suponho que está na posse da Junta de freguesia da Orada. As datas dos Leasings da Locapor é de dezanove de Dezembro de dois mil. Suponho que isto também são dívidas, embora por pagar. Depois temos os protocolos, verbas assumidas até trinta e um de Dezembro de dois mil e um, com Clubes Desportivos e Culturais e que ascendem a três mil setecentos e quatorze contos. Além disto, e porque se falou por aí em Juntas de Freguesia, também a dívida à Junta de S. Bartolomeu, aquilo que eu consegui ver é que era de cinco mil e quinhentos contos e por informação do actual Vereador diz que é mais ou menos dez mil e quinhentos contos, como resultado das transferências que deviam ter sido feitas e não foram. Além disto e considerando que estas despesas foram até trinta e um de Dezembro de dois mil e um, ainda houve um problema com a empresa de informática que se tinha esquecido de mais uma dívida no valor aproximadamente de vinte mil contos. Se isto são dívidas, ou não? Eu acho que são. Relativamente ao senhor Diogo Sapatinha, críticas ao relatório de actividades que naturalmente nós as aceitamos até com agrado, não será nossa intenção fazer quadros iguais a estes. Relativamente à questão do quadro dois, quero dizer que relativamente ao loteamento da Senhora da Vitória, dos cento e nove mil contos que tinha sido o valor do projecto, o anterior executivo já havia recebido vinte e dois mil. Relativamente à Senhora da Nave, o valor de cento e trinta e três mil contos, o anterior executivo já havia recebido trinta e oito mil contos. Relativamente ao Palacete dos Mellos de quarenta e oito mil contos, o anterior executivo já havia recebido cinco mil contos. Relativamente às infra-estruturas pré-escolares do Jardim de Infância da Nora dos cinco mil quatrocentos e oitenta e nove mil contos, o anterior executivo já havia recebido mil trezentos e cinquenta e oito contos. Relativamente ao Jardim de Infância de Borba os nove mil e novecentos contos, o anterior executivo já havia recebido sete mil contos. O actual executivo recebeu mais ou menos nove mil contos relativo à Zona Industrial e ao Pisão, e mais três mil relativos ao complexo da Nave. Portanto suponho que já respondi também ao senhor Diogo Sapatinha. Claro que estes resultados têm que ser divulgados, mas para uma gestão transparente só devem ser usados os resultados da auditoria. Em relação às questões do relatório de actividades, para a Dona Ivone, projectos apresentados à CCRA, em relação ao doutor Barroso foi feita uma reunião, foi feito o balanço da situação e há neste momento intenção de negociação da parte do Doutor Barroso relativamente à solução do assunto. Estamos neste momento a equacionar várias hipóteses, que poderá passar inclusivamente pela compra do imóvel. Depois e relativamente à ZH1, fui ao GAT de Évora, trouxe um projecto existente e nesse projecto existem algumas questões que foram levantadas e que se prendem até inclusivamente com algumas alterações que já estão previstas para empreendimentos da Misericórdia de Borba, junto à Quinta da Prata. Relativamente à reunião da Associação de municípios do Distrito de Évora, no caso concreto da empresa inter-municipal, tive uma reunião. Ainda não estou muito por dentro do projecto, mas a situação é esta: nós estamos a receber aqui na nossa antiga lixeira de Borba, os lixos de Alandroal, Borba, Vila Viçosa e Estremoz. Existe uma plataforma onde os contentores estão colocados, o lixo é despejado junto a essa plataforma, há uma máquina que permanentemente os vai colocando dentro dos contentores e vai para o aterro sanitário de Évora. Esta situação numa fase inicial não correu muito bem, havia mais lixo que entrava do que aquele que saía, mas neste momento a situação está normalizada, fruto da nossa pressão junto da Associação de Municípios. Isto é uma situação transitória, pelo menos é uma informação dada pela Associação. Será uma situação de dois meses, porque a nossa central de transferência é das que esta mais adiantada. E portanto logo que esteja concluída, vai abarcar o lixo. Neste momento, não tem vindo, contrariamente àquilo que está previsto no projecto, o lixo do Redondo para Borba tem-se

deslocado directamente para Évora. A situação das natas foi uma situação que eu levantei imediatamente, não foi só a das natas, foi também a do lixo, e neste momento a situação é a seguinte: equaciona-se a hipótese da nossa lixeira, em vez de ser selada com telas, ser selada com natas. No entanto, eu tinha-me esquecido, em relação à senhora deputada Filipa, quanto aos rácios do endividamento o que se quer dizer com esse parágrafo que está aí, penso que ele não está assim tão pouco claro. Se eu equacionei essa hipótese, se eu quisesse pagar aos fornecedores, todas as dívidas que tinha, isto é, se eu fizesse um empréstimo desse valor que está aí, eu colocaria a Câmara numa situação ainda mais complicada, porque atingiria o limite do endividamento.

O senhor Vereador Humberto Ratado: Primeiro quero fazer uma pequena rectificação, o senhor Presidente há pouco falou que os empréstimos eram de quinhentos e vinte seis mil contos, lamento, o senhor Presidente não tinha esta informação, por isso rectifico e digo que são quatrocentos e oitenta mil contos, uma vez que os quarenta e seis mil contos já estão na rubrica que aparece em Tesouraria. Agora, para me dirigir à doutora Filipa: diz que não entende os quadros. Quer dizer, ao longo de todos estes anos sempre apareceu este quadro, por isso pergunto: se não o entende agora, nunca o entendeu? Depois, há aqui uma questão que eu considero que deva tomar como ameaça. E pergunto-me, será que me devo preparar para responder à Doutora Filipa futuramente? Ou devo trabalhar para a Autarquia? É natural que a Doutora Filipa que já esteve no meu lugar e eu nunca estive naquele lugar além, é natural, que tenha muita experiência, é natural que saiba aquilo que fez bem e o que fez mal, temos diferenças de idades, temos diferenças de experiências, é uma verdade. Contudo, eu aqui friso mais uma vez e pergunto à Assembleia, devo preparar-me para em Abril responder à Doutora Filipa? Ou vou trabalhar para o município?

O senhor Vereador João Proença: Pedi a palavra porque contava já com esta discussão sobre a situação financeira da Câmara. Creio que é bom estarmos a fazer esta discussão, temos que a fazer, é bom que já tenham sido tomadas algumas medidas pela Câmara no sentido de se preparar trabalho para que possa ser feita uma auditoria. É bom que todos saíamos daqui hoje a saber pelo menos isto: as contas da Câmara são feitas todos os dias, é como na farmácia, sabe-se o que se faz, o dinheiro que entra, o dinheiro que sai e sabe-se as existências. Há uma coisa que faltou dizer, até agora não foi dito, nós podemos dever quatrocentos mil contos, mas se tivermos trezentos mil contos para pagar, no concreto só precisamos de cem. Mas eu sinceramente desejava que para já, nós na Câmara, creio que este assunto não está suficientemente tratado. O senhor Presidente não o agendou assim com tempo para nós o podermos fazer. Mas eu próprio prometo aqui já, propor ao senhor Presidente que agende este assunto, porque ele próprio está ainda baralhado. Proponho eu, publicamente vos digo que na próxima reunião, pelo menos proponho, se o senhor Presidente o agendar tenho muito gosto em discutir este assunto com os meus colegas vereadores, para esclarecer todas as dúvidas. As da Junta de Freguesia, porque é impossível numa Assembleia Municipal como esta hoje, estarmos a responder a estas coisas todas. Julgo que devo afirmar aqui que no dia em tomei posse, a dívida da Câmara é cerca de oitocentos, oitocentos e cinquenta mil contos, podem me dizer, mas uma margem logo de cinquenta mil contos, é evidente que isto com dados reais, dados de Câmara. A Câmara todos os dias faz as contas com documentação digna. Pronto, ficaram dezoito mil contos em caixa no dia que nos fomos embora, ou cerca dessa verba, porque o dinheiro ali entra e sai a todo o momento, há uma porta aberta onde o dinheiro está a entrar e a sair a toda a hora. Convém dizer que havia dinheiro para pagar aqueles encargos que eventualmente poderiam penalizar os encargos dos descontos dos trabalhadores, só que houve um problema no sistema informático que não permitiu pagar no dia vinte e oito de Dezembro que era o último dia de trabalho. Durante os três últimos dias esse problema informático não permitiu a entrada nem a saída de valores e grande parte também daquelas requisições que ali estão também se devem a isso. Naturalmente eu tenho, e o senhor Presidente certamente estará de acordo comigo, temos que tratar isto em reunião de Câmara, não é aqui na reunião da Assembleia. Para terminar queria dizer que em relação ao relatório, eu já li aqui e convém ser dito que se fala em milhares de contos, já li aqui são números da Câmara, fornecidos pelos serviços municipais e que estão registados. No mês de Janeiro a Câmara recebeu cento e cinquenta mil contos. Isto não é só dívidas, não é só pagar, é também receber. Recebemos cento e cinquenta mil contos e neste momento de certeza que já recebemos mais, não digo mais cem mil, mas já temos mais dinheiro recebido. E em cada dia os resultados alteram-se. De facto só um trabalho de base que permita fazer análises é que nos dá tranquilidade e que nos faz tomar consciência de algumas medidas que têm que ser tomadas para conduzir

a alteração da situação. É demagógico isto que vou dizer, mas eu podia dizer, há oitocentos mil contos, a Câmara tem um Património muito superior a isto. Nós podemos pagar isto tudo num dia, nem precisamos contrair um empréstimo. Nós temos, felizmente temos um Património que temos que o considerar e quando a análise for feita, quando formos verificar o nosso Património, naturalmente que encontraremos resposta para algumas aplicações que não foram feitas em obras, mas que foram feitas em Património, que existe. E estou de acordo com uma coisa que aqui foi dita, estamos cá para trabalhar, creio que devem realçar também e considerar como positivo, o facto dos anteriores eleitos com mais responsabilidade na Câmara anterior, estarem aqui disponíveis. Isto está escrito, escrevi isto ao senhor Presidente, não estava disponível antes do dia quatro de Janeiro, mas disponibilizei-me para a seguir ao dia sete, sempre que fosse necessário, a todo o tempo para podermos aprofundar assuntos que eventualmente precisem de ser esclarecidos. Terminando dizendo que a disponibilidade continua e que também me parece que é preciso uma certa adaptação, que é preciso ainda um contacto que não pode ser feito em dois meses e então, nós CDU continuamos disponíveis. Agora coisas graves não há. Problemas para resolver não-de haver todos os dias, e todos os dias se não-de resolver alguns. Não estamos de forma que estejamos atrapalhados, eu acho que esta Câmara tem condições para desempenhar um bom mandato, para fazer a obra que falta e que é necessária para a população de Borba e que os resultados eleitorais ditaram o resultado. O resultado está aceite e permite trabalhar e tomar decisões.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: se me permitem um esclarecimento, de facto estes cento e cinquenta mil contos referidos pelo senhor vereador, foram recebidos. Claro que tem a ver com as transferências normais, com as quais eu tive que pagar aos trabalhadores e com setenta mil contos que foram recebidos do ICOR e ainda bem que os recebemos, porque senão, se o anterior executivo não se atrapalhava, eu sou daqueles que me atrapalho quando não tenho dinheiro para pagar. E então, como é que eu agora pagava as prestações da estrada que está a ser feita e que tinha sido consignada no final de Dezembro à Pavia, que é a segunda fase da estrada mil e quarenta e um? Se eu não tivesse este dinheiro para pagar, como é que eu pagava o IRS que foi descontado aos trabalhadores? E como é que eu pagava as horas extraordinárias que foram descontadas, que não foram pagas em Novembro aos trabalhadores? E a situação torna-se mais preocupante, quando o senhor Vereador da Cultura que está aqui e sabe disso, quando há dias pedimos para nos fazerem uns cartazes da Feira do Queijo e que nos disseram que só os faziam quando nós pagássemos a factura que lá estava por pagar, relativa à Festa da Vinha e do Vinho. Portanto, estas situações, são situações no mínimo delicadas. Se ao anterior executivo não os preocupa, a mim preocupa-me, e muito. Bom, respondendo à Dona Ivone Espiguiinha, o loteamento da Nossa Senhora da Vitória e o loteamento da Nave, são obras por administração directa. Para a Senhora da Vitória, já tinha dito isto há pouco, está previsto cento e nove mil contos, e já tinham sido recebidos pelo anterior executivo vinte e dois mil contos. E o loteamento da Nave, cento e trinta e três mil contos e foram recebidos pelo anterior executivo trinta e oito mil contos.

O membro Ivone Espiguiinha: Eu quero saber qual o estado de conclusão.

O senhor Vereador Artur Pombeiro: Em relação à obra da Nave ainda não está concluída, está numa fase para aí a sessenta por cento da sua conclusão. E a Senhora da Vitória está neste momento parada, estamos a ver se avançamos mais na Nave, para depois transportar-mos para lá a equipa de trabalho. Portanto, a Senhora da Vitória está precisamente como estava antigamente. Estava parada.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Bem, vamos continuar, o membro Jerónimo Cavaco colocou um assunto que resulta do desconhecimento dele e que também é meu. É a questão dos lixos. Este assunto está entregue a quem? Quem é o gestor? Quem é o dono? Quem é a pessoa que se propõe realizar o empreendimento? É uma pessoa singular ou colectiva? Quem é que na realidade é o responsável por esta situação? É aquilo que nós queremos apurar. Quem são as pessoas, quem é a entidade, que efectivamente gere? Quem criou esta organização? Isto parece uma coisa qualquer que não se percebe o que é. Porque está a fazer-se uma obra no Alto dos Bacelos que ficava concluída em Novembro? A lixeira era para fechar em Dezembro, a obra não está concluída. Borba recebe agora o lixo de quatro concelhos, só recebia de dois. Toda a gente leva os lixos para a mesma lixeira antiga. Vamos lá ver se conseguimos esclarecer isto. Quem é que criou esta empresa? Quem é o responsável por esta empresa? Quem é a

entidade? Há uma firma? É uma organização? O que é? Esta é uma dúvida que é de facto importante esclarecer. Outra questão; No último quadro da situação financeira, na execução mensal, receitas, está uma verba de trezentos e setenta e três mil euros, diz: venda de bens de investimento. Podem-me esclarecer também o que é esta receita? Nova questão: Pareceu-me que a posição da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu não ficou totalmente esclarecida. Se as respostas não poderem ser dadas neste momento, poderão ser dadas em reuniões seguintes, dado que possivelmente, as pessoas não estavam preparadas para o efeito. Gostaria também de referir que não há aqui concerteza da parte dos membros da Assembleia qualquer intenção que não seja apurar a situação financeira da Câmara Municipal. Agora que se exige apurá-la, exige, como base de trabalho para a partida para uma nova gestão.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Em relação à primeira parte. A segunda parte já passo ao economista, que é para isso que ele cá está. Relativamente à questão da empresa, talvez não tenha sido claro há bocado. A empresa é uma empresa inter-municipal, os donos são quatro, embora eu não esteja ainda bem por dentro do assunto, a Câmara é uma associada da Associação de Municípios de Évora. A Associação apresentou uma candidatura, constitui uma empresa inter-municipal que vai gerir os resíduos sólidos do distrito. De qualquer forma, eu passo a palavra ao senhor Vereador Joaquim Serra que acompanhou o processo.

O senhor Vereador Joaquim Serra: Para o projecto de tratamento dos resíduos sólidos do distrito de Évora, foi criado um plano director pela Associação de Municípios de Évora com a autorização da Assembleia inter-municipal, onde participa a Câmara Municipal de Borba, tal como as outras Câmara Municipais do Distrito. Não pertence nem Viana nem Portel porque tem um aterro já numa outra Associação de Municípios. E qual é a intenção? É constituir-se uma empresa para gerir o aterro sanitário de Évora e as estações de transferência. Esta empresa será criada agora, a partir de propostas que serão apresentadas ainda à Assembleia inter-municipal. Neste momento quem a gere é a Associação de Municípios. Aquilo que o membro Jerónimo Cavaco se refere, é uma intervenção minha numa reunião de Câmara sobre o consórcio. Foi uma posição que eu quis acautelar junto do executivo camarário para o problema da colocação da natas. Porque quando eu me refiro ao consórcio é a empresa que vai ter que fazer a selagem da lixeira. E a empresa que vai ter que fazer a selagem da lixeira é uma empresa que foi contratada através de concurso público pela Associação de Municípios. Mas quando chegou à lixeira fez uma estimativa do que é que lá tinha, do que é que tinha que selar e do que é que tinha que tratar. Se esta situação se vai agravar, e eu chamei a atenção na reunião de Câmara para isso. Se se altera, com esta estação de transferência provisória que não estava prevista, mas que aparece agora numa segunda fase, de certeza com consentimento da Câmara Municipal de Borba, pode lá ficar um volume maior de lixo. Se a juntar a isto as natas também forem ter uma quantidade grande que possa influenciar os custos da selagem da lixeira que estão orçamentados em cem mil contos, podem disparar. Porque a empresa que se comprometeu a selar a lixeira, fez um diagnóstico da situação inicial, se ela se alterar completamente, isso terá custos agravados, não só para a Associação, mas também para as Câmaras por arrasto.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Como o senhor Vereador disse, na primeira fase, quando começou a funcionar provisoriamente, aliás numa reunião de Câmara vimos isto. Fizemos grande pressão junto da Associação de Municípios porque a situação está a agravar-se. E eu próprio constatei que estava a entrar mais lixo do aquele que saía, imediatamente pressionei a Associação e neste momento a situação está praticamente controlada, está quase a zero. Temos que continuar com a pressão para evitar que aumente. Que o lixo ali fique. Em relação às natas, eu já desenvolvi todos os esforços junto do Ministério do Ambiente, e eles próprios estão a disponibilizar-se para virem cá e conseguirem uma solução para isto.

O Economista Nuno Cavalheiro: Só para acrescentar que em relação à venda de bens de investimento, este valor refere-se aos terrenos que têm estado a ser falados. Portanto a maioria desse valor ou grande parte é referente a isso. São expropriações de terrenos que é receita da Câmara, porque eram propriedade da Câmara.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Desculpe, expropriados por quem?

O Economista Nuno Cavalheiro: Pelo ICOR devido à construção da variante.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Isto permite esclarecer o seguinte, neste quadro, nas receitas do mês: metade da receita da Câmara de Borba no mês de Janeiro é efectuada através da venda do seu Património. Quer dizer, a Câmara não teve uma receita corrente de cento e cinquenta mil contos. A Câmara teve uma receita de setenta e cinco mil contos, mais outra receita extraordinária pela venda do seu Património de setenta e cinco mil contos. Quer dizer, nós estamos naquela fase em que temos que decidir. Vamos continuar a vender o Património para fazer receita? De facto quando se fala em receitas, temos que ver de onde é que elas vêm. Esta de facto é preocupante. É que agora, em Fevereiro, já não aparecerão receitas destas, dado que não devem ter vendido nada. E em Março? Como é que vai ser? É que por vezes os técnicos usam palavras que não se percebem bem, eu próprio não as percebo, porque são da técnica deles. Por último que fique registado também que a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu terá uma resposta, numa próxima sessão, às questões que colocou.

O membro Jerónimo Cavaco: Bem, tendo em conta tudo o que aqui foi dito, eu também estava baralhado. Face àquilo que o membro Rui Bacalhau referiu no início, eu também acho que o novo executivo tem que ser bastante forte para conseguir, no mínimo, encarar a situação. Pelos vistos não é só no relatório que existe confusão, pelos vistos, existe também nas contas. Estou convencido que o executivo camarário irá concerteza registar e agradecer a disponibilidade do senhor Vereador João Proença, no sentido de ajudar a esclarecer as dúvidas potenciais que possam existir e que pelos vistos existem. A mim, faz-me alguma confusão, e pelos vistos é a minha vez de ficar estupefacto. Pela terceira vez nesta Assembleia Municipal, já houve duas pessoas que assim ficaram. Não há situações graves, referiu o senhor Vereador, ou pelo menos parece não haver. Eu considero uma situação grave quando estamos a falar de dívidas à ADSE, IRS, Segurança Social, isto são crimes fiscais. Para mim é uma situação grave. Estamos a falar de situações que foram regularizadas no início deste ano, e que existiam, algumas delas desde de Junho de dois mil e um, segundo o senhor Presidente da Câmara nos informou. Nomeadamente a ADSE. Eu também ficava preocupado e estou estupefacto quando vejo o senhor Presidente referir que foi aprovado nesta Assembleia Municipal através de solicitação do executivo camarário da altura, um empréstimo de sessenta mil contos para a construção do dito célebre Cartório. Pelos vistos esse empréstimo foi concedido, aprovado pela Assembleia Municipal, o dinheiro foi levantado, e simplesmente desapareceu. O senhor Vereador refere que todos os dias há movimentações de dinheiro na Câmara, entradas e saídas, de facto elas existem, são movimentos de caixa. O que me preocupa sinceramente a mim e, provavelmente aos membros desta Assembleia, é que efectivamente as saídas são bastante superiores àquilo que são as entradas, ao ponto de verificarmos a situação financeira da Câmara quando analisamos os mapas e descortinamos os valores, apesar de não termos dados fiáveis neste momento. Eu penso que só conseguimos fazer análise em termos de uma auditoria. Então que ela aconteça o mais rapidamente possível. O senhor vereador diz que isto não são assuntos para aqui, que devem ser discutidos em reunião de Câmara, eu concordo plenamente com isso. Mas também deverá concordar comigo, quando eu digo que as pessoas que estão atrás de mim, (infelizmente estão atrás de mim pela disposição da sala), e eu próprio, queremos ficar esclarecidos no que diz respeito à situação financeira da Câmara. Quero saber se se deve um tostão ou se se deve um milhão, como afinal parece que se deve. No meu caso e, no meu entender, tendo em conta que também sou novo nestas andanças, gostei de acompanhar as últimas Assembleias Municipais que aconteceram no anterior mandato. Sem dúvida absolutamente alguma, eu penso que a situação é mais grave do que aquilo que o senhor Vereador Proença há pouco referiu. É tão grave que o Presidente actual vê-se a mãos com dificuldades para conseguir pagar os ordenados dos funcionários, no final do mês, que é uma situação para mim complicada. Quando estamos a falar da venda do Património, pelo vistos estamos a alienar parte dos nossos bens para responder a dificuldades ou, para obtermos parte das receitas necessárias. Quando as situações apareçam por essa via, eu, sem poder estabelecer qualquer tipo de paralelismo ou de comparação, e nunca o faria, fico preocupado. Há também outra situação que me parece complicada no meio disto tudo. De facto, o senhor Presidente referiu, os valores de empréstimo que neste momento a Câmara tem. Sejam quinhentos e vinte seis mil contos sejam quatrocentos e oitenta mil, a diferença no meio de um milhão de contos acaba por não ser nada, acaba por ser uma gota de água no Oceano. Independentemente destes empréstimos existirem ou de haver Património que possa ser vendido, como o senhor Vereador Proença há pouco referiu, caso quiséssemos saldar as dívidas bancárias todas, hoje poderíamos fazê-lo. Venderíamos o Património. E amanhã? Há de facto aqui situações que eu penso que não vamos ter tempo para tratar na Assembleia de hoje, é

completamente impossível, mas com mais tempo, concerteza chegaremos a conclusões. O senhor Vereador Proença diz que não são situações graves, na minha sincera e modesta opinião, há situações graves, há situações muito graves, e que deverão ficar esclarecidas o mais rapidamente possível.

O membro Diogo Sapatinha: Bem, as perguntas que eu tinha para fazer ao Senhor Presidente da Câmara já foram respondidas, mas já agora aproveitava para fazer uma reflexão consigo, senhor Presidente. O senhor diz que não percebe nada de economia, eu também não, portanto estamos iguais nesse aspecto. Agora, eu tenho que gerir uma casa agrícola, é a minha vida. E eu tenho uma dívida. Será que um empréstimo é uma dívida? Um leasing é dívida? Eu para mim são compromissos, efectivamente são dívidas. Podem ser dívidas boas. Sim, há dívidas boas e dívidas más. Uma dívida que é feita, contraída com um determinado objectivo, com um determinado fim, para um investimento, eu acho que se está perfeitamente controlada e que se paga a tempo e horas, é uma dívida boa. Agora, uma dívida que é feita, como é o caso do edifício do Cartório, em que o empréstimo é feito para a obra, foram aprovados setenta mil contos e que, não é gasto no fim a que foi proposto, é uma dívida que foi tapar um buraco qualquer, que não tem nada a ver com o fim para que foi destinado. Portanto, nesse aspecto, é uma dívida má. Dívidas más são também compromissos assumidos e não pagos, ou seja as facturas por pagar desde que não se tenha dinheiro a receber que as permita pagar, que é este o caso. Por isso é que eu lhe fiz essa pergunta há bocado, era para ver a diferença. E eu chego à conclusão que há aqui uma diferença de cento e setenta mil contos, entre o que temos para pagar e o que temos para receber. Portanto, nesse aspecto é uma dívida má, não vamos ter dinheiro para pagar as dívidas completamente. Outra dívida má podem ser os tais compromissos assumidos e não processados não é necessariamente má, mas neste caso parece-me que é má, porque os compromissos estão assumidos, verbas não há, há só esperança que venham em parte dos fundos comunitários. Mas são esperanças, não estão garantidos. E depois, o resto onde é que o vamos buscar? Do orçamento não temos, o dinheiro que entra dificilmente dá para pagar os juros e as amortizações das dívidas, das tais dívidas boas que já temos e para permitir a gestão corrente da Câmara (salários, material de desgaste diário, etc...). Nesse aspecto, penso que os tais compromissos assumidos são também umas das tais dívidas más.

O membro Rui Bacalhau: Começava por apresentar algumas questões e também alguns pedidos de esclarecimento. Tanto o leasing como o factoring são dois meios de financiamento que as empresas muito utilizam. Obviamente não são qualquer tipo de passivo, quando são pagas regularmente, o que se passou na Câmara Municipal de Borba, no anterior mandato, é que, os leasings deixaram de ser pagos regularmente e, automaticamente, passam a ser passivos. No factoring a situação foi idêntica portanto terão que ser passivos também. Não podemos estar agora a capotar as coisas, porque uma das exigências que a nossa população quer e que nós também queremos, é a transparência total. Sigo o raciocínio de que os leasings e os factorings são meios de financiamento e que não são passivos se forem pagos regularmente. São no entanto meios de financiamento por entidades externas e, como tal têm que ser aprovados. Mas, queria também aqui fazer umas referências em relação ao endividamento de que se tem estado a falar. Se nós fizéssemos a contracção de um empréstimo para pagar aqueles encargos processados e não pagos, e que são encargos assumidos com empresas, como disse o senhor Presidente, e muito bem, com empresas da zona que necessitam do dinheiro para poder continuar a sua laboração, passaríamos de um rácio de endividamento de cinquenta e um por cento para três vezes o limite de endividamento. Um outro assunto: a Doutora Filipa falou que a partir de dezasseis de Dezembro, a população espera muita coisa que o PS prometeu. Pois o PS prometeu efectivamente e desejou uma mudança de Câmara, onde o espirito seja completamente diferente, mas de uma transparência total. Onde os quadros de análise evidenciem os passivos correctos, onde fossem alteradas as figuras públicas da localidade, onde a política mudasse, quer dizer, tudo fosse mais transparente do que aquilo que era no passado. Aquilo que era no passado, a população de Borba percebeu a bom tempo, porque se não com este andamento provavelmente iríamos dar à beira de uma banca rota. Iriam vender tudo e fechar para obras. Só poderia ser assim. Pelos indicadores e pelos mapas que aqui temos é só o que se pode interpretar. Agora, um milhão duzentos e cinquenta mil contos, quantos anos a população de Borba vai esperar para que se pague esta dívida? Quantos orçamentos vão ficar hipotecados? Ou o senhor Presidente e o elenco é muito imaginativo, e tem muita capacidade em engenharia financeira ou então, nem o meu filho vai poder vir a ter um orçamento saudável na Câmara Municipal de Borba. Se falamos de

orçamentos tão baixos e temos uma dívida de um milhão duzentos e cinquenta mil contos, eu não sei, mas penso que a minha geração em termos de Câmara Municipal de Borba já está hipotecada. É de realçar a disponibilidade do senhor Vereador João Proença. Vem com a velha conversa de sempre: de facto, temos uma dívida muito grande mas o Património é muito superior. Podemos vender património, podemos voltar a vender património, e assim paga-se a dívida. Eu, desde que conheço o senhor Vereador, ex-Presidente da Câmara que a conversa é sempre a mesma. Eu pedia-lhe se ele tem disponibilidade para justificar, onde é que gastou tanto dinheiro, uma vez que a população de Borba está ansiosa para saber. Mesmo que tivesse por verdadeira a dívida dele, que alguém a há-de apurar, de oitocentos e cinquenta mil contos, onde está o dinheiro aplicado? Eu, considero que para o concelho de Borba é muito, mas mesmo muito, significativo. Uma questão simples, mas que é de louvar. Não sei se perceberam a atitude do senhor Vereador Humberto Ratado. O senhor Presidente da Câmara tinha-se enganado no valor, e o senhor Vereador rectificou. Isto é um principio de transparência, que passa já para a população. Terá que haver um grande profissionalismo, teremos que tomar opções. Senhor Presidente, peça a todos que o ajudem. O ultimo ponto: o senhor Presidente da Assembleia já fez referência a ele. Por sorte ou por azar, e aquele velho ditado: "os ciganos não gostam de ver bons princípios aos filhos", o senhor teve uma excelente execução no mês de Janeiro, que foi o primeiro mês que o senhor esteve à frente da Câmara Municipal de Borba. Teve cento e quarenta e oito mil contos de receita e teve só oitenta e três mil contos de despesa. Tivemos sorte, e que assim continue.

O membro Maria Filipa Martins de Almeida: O senhor Presidente permite-me fazer duas perguntas? Duas perguntas muito simples. A primeira é mesmo por curiosidade, o Doutor Rui Bacalhau é economista?

O membro Rui Bacalhau: Não vou responder. É uma questão pessoal.

O membro Maria Filipa Martins de Almeida: Eu só quero saber, isto é uma coisa pública.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Ele tem o direito de não lhe responder

O membro Maria Filipa Martins de Almeida: Eu só fiz a pergunta. O senhor eleito não responde, tudo bem. Senhor Presidente da Câmara, uma pergunta completamente diferente, em relação à execução do mês de Janeiro e em relação à verba normalmente elevada, não se repete assim. Uma dúvida também que eu tenho aqui esta verba que já se recebeu do ICOR, é verdade? É do ICOR? Tem a ver com a autorização para a expropriação amigável que a Assembleia, aprovou hoje? Ainda há mais estes cento e tal mil contos? Então, a Câmara já recebeu da expropriação amigável, que aprovámos, hoje? Então, a Câmara recebeu antecipadamente? O senhor Presidente depois explica-se. Algumas constatações, afinal falta de elementos não há assim tantos, porque o senhor Presidente da Câmara deu-nos aqui uma série de explicações que se tivessem aparecido no relatório financeiro, se calhar teríamos poupado muito tempo, porque o Senhor Presidente, sabe e é homem trabalhador e preocupado com o cargo que está a desempenhar, sabe quanto deve de empréstimos, sabe quanto eram as dívidas de tesouraria, sabe quanto era a dívida à ADSE, sabe quanto são os leasings, sabe do factoring que existe também. E afinal outros membros da Assembleia até da bancada do Partido Socialista já se referiram aqui a dívidas boas e dívidas más. E eu registo a intervenção do Diogo há bocadinho, realmente quando nós estamos a pagar um empréstimo, se pedimos quinze mil contos ou vinte mil contos para pagar a nossa casa, se pagarmos as prestações no devido tempo, não estamos a dever nada a ninguém. E isto foi o que eu disse no início, os empréstimos e os leasings não são a mesma coisa que são os encargos processados e não pagos. Tanta referência àquilo que eu disse aqui sobre os encargos processados e não pagos, fez-me pensar que não se tinha percebido, o que eu tinha dito. É evidente que ao fim de doze anos numa Câmara, eu sei perfeitamente o que são encargos processados e não pagos. Bastava uma palavrinha naquele quadro, para não ter havido toda esta confusão. Em relação à auditoria é uma coisa normal, penso que uma auditoria para uma Câmara que chega, para um conjunto de eleitos que tomam posse, é uma coisa normal. E tanto mais normal vai ser quando com a implementação do POCAL, a auditoria vai ser uma coisa regular nas Autarquias, e é um instrumento de trabalho. Não é nenhuma sindicância de desconfiança, eu não vejo assim, é um trabalho normal. Espero bem que a Câmara, e isto não é uma competência da Assembleia, espero bem que em reunião de Câmara se tenha ponderado bem, que se tenha escolhido bem a empresa

que vai fazer esta auditoria e que seja uma empresa especializada em finanças locais, porque se não o for, a contabilidade privada é diferente da contabilidade autárquica e da contabilidade pública. Para terminar, é mesmo uma resposta para o senhor Vereador Humberto. O senhor Vereador fez uma pergunta que eu não percebi muito bem. Ele perguntava se deve preparar-se para me responder nas próximas Assembleias, ou se deve trabalhar para o Município, foi esta a pergunta. O senhor Vereador é que sabe, se trabalhar para a população é uma coisa contraditória a responder aos membros da Assembleia. O senhor é que sabe se fazendo uma coisa, não pode fazer a outra. O senhor é que sabe.

O membro Mário de Deus: Calha duas vezes falar a seguir à Doutora Filipa Almeida, não é por nada, é apenas por acaso, de qualquer maneira este acaso reforça em mim uma convicção, é a convicção da forma como se faz política. Penso que nós, o Partido Socialista, estamos no bom caminho. A forma confusa e meio baralhada como decorreu este último ponto da discussão, reverte para mim um significado muito importante, é que de facto temos daqui deste lado da bancada do PS um grupo de homens, e cada um pensa da sua maneira. Estão todos muito atentos, estão todos muito activos nas suas tomadas de posição, e penso que isto é a melhor garantia que Borba pode ter. Uns são mais velhos, são mais experientes, outros são menos experientes, uns às vezes dizem uma coisa mais bem ditas, outros dizem outras coisas menos bem ditas. Ouvei intervenções aqui da nossa bancada, que me agradaram, mas ouvi o bom senso do Vereador Humberto. Eu acho que é significativo, não é com ameaças, não é com atitudes falsas, não é com teatros encenados que se pode fazer o desenvolvimento de uma comunidade. A inexperiência, entre aspas, do Vereador Humberto, foi magnífica e pôs as questões com toda a franqueza, com toda a clareza. Obviamente que com ameaças como aquelas que foram feitas, e ameaças de quem foi julgado há dois meses pelo Povo de Borba, são ridículas, são tolices, são persistências numa forma de fazer política, que naturalmente está condenada a um fracasso maior daqui por quatro anos. Nessa medida, deixa-me satisfeito e reforça-me outra convicção, é que este grupo do Partido Socialista está aqui para fazer o futuro. Este ponto da ordem de trabalhos era penoso, naturalmente, não é para julgar o homem, não é para julgar o passado, tem que ser feito, como o senhor Presidente da Assembleia já o disse. Se é importante porque entra na ilegalidade, ou se é importante porque entra na legalidade, a auditoria vai-o mostrar, eu também tenho sérias dúvidas, aliás, quem vinha às Assembleias do outro mandato, sabe que eu me enganei. Eu disse sempre que a dívida era de um milhão de contos, não é um milhão de contos, é muito mais de um milhão de contos. Peço desculpa aos Borbenses, eu estava enganado enquanto Vereador, é mais de um milhão de contos. E se for mais de um milhão de contos, a capacidade de endividamento da nossa Câmara está seriamente comprometida. Entrámos de facto na ilegalidade, de qualquer maneira a auditoria é que o vai mostrar. Mas era para dizer então, que reforço em mim a convicção de que esta equipa está muito mais preocupada com o futuro do que com o passado. Há notas de rodapé que têm que ser ditas, a forma como se tratam os outros colegas de bancada são indelicadas, há incorrecções profundas. O Vereador João Proença referiu de forma descarada que só estava disponível para colaborar com o novo executivo depois do dia quatro de Janeiro para a frente. É minimamente ético, quando se perdem as eleições no dia dezasseis, que no dia dezassete ou no dia dezoito de Dezembro estivesse aqui e que a sua disponibilidade fosse total, Não faz sentido só a partir do dia sete de Janeiro é que esteja disponível. Ou se faz sentido, temos que associar às contas que o actual Presidente anunciou, feitas no dia quatro. Há coisas muito complicadas aqui, que a auditoria vai clarificar. Há acima de tudo, senhora deputada Filipa Almeida, há acima de tudo, uma questão que é fundamental, pode ser um milhão, pode ser um milhão e duzentos e cinquenta mil contos, podem ser oitocentos e cinquenta mil, como o Vereador João Proença, diz, mas seja quanto for, é para nós extremamente preocupante e angustiante, e tem que ser para todos, porque é esta dívida toda, e são por exemplo umas piscinas municipais que são, o que são, e parece que os técnicos foram vê-las e estão quase ilegais. Há uma série de deficiências que estão lá, comprometem a utilização das piscinas municipais, no próximo Verão. É esta dívida toda, e a feira dos Santos já tem o seu espaço, está tudo preparado para que seja feita de forma diferente. A próxima festa da vinha e do vinho, deixou as estruturas montadas, está tudo preparado para que já não seja preciso a Câmara indívidar-se e virem outra vez, aquelas barracas de aluguer, e ser feita de forma diferente. A dívida é grande mas está tudo preparado, o cinema municipal está a funcionar. O problema à volta do Palacete dos Mellos também está já resolvido, a obra está quase acabada, está muito boa. Temos esta dívida toda, mas o Hospício já está na posse da Câmara, já cá está, não há problema nenhum para resolver. Temos esta dívida toda, mas temos as ruas e a electrificação. Está tudo feito. O Presidente da

Junta da Orada está satisfeito, não falta lá nada. O Presidente da Junta de Rio de Moinhos está igualmente satisfeito. Temos esta dívida toda, mas as ETAR's do nosso concelho estão todas a funcionar muito bem. É obvio que isto tem que ser dito, continuo e sublinho que a nossa atitude aqui na Câmara é preparar o futuro. Agora, é preciso que o publico às vezes tenha a reacção que tem, o público não pode reagir, mas também é preciso ver que quem está aqui deste lado, por vezes quer meter os dedos pelos olhos a dentro. E acima de tudo é preciso educação, só muda a atitude política se mudar a atitude existencial. É preciso educação, quem quiser fazer perguntas pessoais, e a quem as quiser fazer, fá-las lá fora. Os comentários mais ou menos bem educados, quem os quiser fazer, fá-los lá fora. Mais uma nota: nós, na reunião preparatória que tivemos ontem, nós o Partido Socialista, estes eleitos estão cá ainda nem há dois meses, sentimos que falta muita informação. Ficamos com esta situação dos resíduos sólidos meio baralhada na nossa cabeça, já saíram daqui algumas intervenções que o demonstraram, mas temos todos a certeza que o distrito de Évora, é o distrito se calhar mais pequeno do País, mas andou na televisão, andou nas bocas do mundo, andou nas bocas do povo, porque foi o ultimo a ter a situação dos resíduos sólidos resolvida. Porque isto ainda está muito longe de estar preparado. Isso foi um mérito da Associação de Municípios do Distrito de Évora, fez as coisas muito bem feitas, preparou-as muito bem, com tempo e de forma correcta. De tal maneira que andamos na televisão, porque fomos os últimos no País inteiro a fazer isto. Isto tem que ser dito. Não estamos muito preocupados com o passado, só estamos preocupados com o futuro, na medida em que nos compromete com o presente e nos compromete com o futuro.

O membro Joaquim Cardoso: É só para lhe dizer a si, senhor Presidente da Assembleia, uma coisa muito simples, é que de facto esta intervenção não teve nada a ver com a ordem de trabalhos. Esta intervenção cabia no período antes da ordem do dia. Senhor Presidente faça usar os seus poderes, porque de outra maneira e por mim, não terá qualquer benevolência. Porque estamos de acordo que se o senhor Presidente quiser usar essa metodologia, então terá que ter o mesmo critério. Eu não quis intervir, porque isso é uma questão girissima. Sobretudo, quando neste momento a guerra se faz à volta da dívida pública. Eu acho que de facto por esse caminho não se vai longe. Mas isso é um problema que eu em outra altura intervirei. Era só para fazer este reparo. Só para ver se agente vai aprendendo. Eu não vou estar cá muitas vezes, mas as que estiver, naturalmente não penso estar a aceitar este tipo de atitudes.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Gostava de lhe dizer o seguinte: essa sua opinião, é sua. Guarde-a bem e tome nota: eu já não tenho idade para ouvir conselhos de pessoas mais novas. Guarde sempre as suas opiniões, expresse-as, está sempre à vontade para se expressar. Na minha opinião, esta conversa que foi aqui tratada, estava dentro da questão que estávamos a falar, que era a apreciação da informação sobre as actividades da Câmara e da sua situação financeira. Concordo perfeitamente com algumas solicitações que aqui foram expressas, inclusivé pela Doutora Filipa. Estes quadros, especialmente os financeiros, não são em nada elucidativos. Portanto, eu solicitava-lhe, Senhor Presidente da Câmara que na próxima Assembleia nos proporcione quadros que se entendam melhor, para que cada um possa explicitar da melhor forma os seus pontos de vista.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Em relação a esse assunto, eu já tinha anotado, e pensava já ter dado o esclarecimento. De qualquer maneira queria dar aqui uma pequena informação, que se prende com a tal verba dos setenta mil contos, que a senhora Deputada Filipa questionava há pouco. Senhora deputada, quero dizer-lhe que me tinha esquecido de lhe dizer que há aqui vinte e tal mil contos que vieram da estrada das Cortes, olhe, e sabe porque é que não foram trinta e tal mil? Porque o seu executivo, devia ter pago uma factura da zona industrial nascente, de uma empresa que se chama Silva Duarte e Baptista, no valor de doze mil e quinhentos contos. Que tinha que ser paga até trinta e um de Dezembro do ano dois mil, e os senhores tinham dinheiro para isso, não a pagaram e a CCRA, desses doze mil e quinhentos contos, cortou nove mil, ou seja dos trinta mil que era para receber das estrada das Cortes, descontaram nove mil contos. Isto tem que ver com as actividades da Câmara, sim, com o ICOR. Estes setenta mil contos que aqui aparecem onde está incluída naturalmente essa verba dos vinte e tal mil contos.

O senhor Economista Nuno Cavalheiro: É assim, os setenta mil contos são divididos por várias parcelas, portanto esta é uma das várias parcelas desses acordos do ICOR. Não é uma parcela única que entra, mas

é a divisão de várias parcelas, e esta como o valor é superior, talvez cento e tal mil contos, precisa de autorização.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Tem que ver com a expropriação, provavelmente terá. Isso aí já não sei, não faço ideia. Mas olhe, já agora, para responder à sua pergunta, portanto eram mais nove mil que a Câmara recebia e não recebeu. Ainda bem que o senhor membro Mário, referenciou as Piscinas Municipais, porque eu ontem fiquei apavorado quando aqui o senhor Vereador Humberto me mostrou, uma informação interna dos serviços, que estou à espera do relatório que há-de vir da Direcção Geral de Saúde sobre uma inspecção que houve às actuais piscinas, se é que assim se podem considerar depois dos resultados da inspecção. Nas piscinas municipais está quase tudo mal, ou fazemos uma obra de fundo, ou aquelas piscinas não abrem. E após ler o relatório até fiquei envergonhado, e pergunto, como é que se deixam passar quadros comunitários e não se candidatam umas piscinas? E defendia-se aqui, que eram umas piscinas boas. E já que se falou no cinema, quero dizer também que o projecto da célebre escola de música, que muito se falou por aí, era um projecto que veio reprovado da AIZM, era um projecto que previa a recuperação do cine-teatro e da casa do governador, que é uma casa que não é da Câmara, e que eu detectei também, que tenho que pagar mil e tal contos relativos a projectos que foram executados, em que parte deles de referiam a esse mesma casa, que não era da Câmara Municipal de Borba. E fico por aqui.

O senhor Vereador João Proença: Eu não vou usar da palavra para entrar nesta discussão, mas há aqui duas coisinhas que me parece que podem ser esclarecidas e é útil que o sejam. A questão da ADSE, pagamentos em atraso desde Junho, que podem complicar, enfim, há aqui coisas como pagamento ao Tribunal de Contas, há coisas que é preciso serem aceites pela Câmara. A Câmara contesta algumas verbas que querem que a Câmara pague. Algumas coisas nós contestamos, há coisas destas, e lembro-me que a ADSE nos debitaram coisas, indevidamente. Por isso já tive reuniões com entidades responsáveis por estas áreas. Essas verbas não têm sido cobradas. O Tribunal de Contas também de um ano para o outro, só para verem, de um ano para o outro, em noventa e oito, de uma taxa de cinquenta contos para análise das contas de gerência, passamos para uma taxa de dois mil e tal contos, nós não pagamos, e muitas Câmaras, não pagaram. Nós vamos ter sempre coisas destas, penduradas, depois é preciso é serem analisadas, e muito bem. Eventualmente, eu até ponho essa hipótese de uma outra Câmara pagar, enfim isso já são questões que podem ser analisadas. Agora, não estamos em situação de ilegalidade perante a Caixa Geral de Aposentações, nem nunca estivemos nessa situação. Mesmo aquilo que o senhor Presidente referiu, chegou e pagou, bom tinha lá o dinheiro, não foi processado naquele dia, é processado no dia a seguir. Tem que ver muitas vezes com serviços. Mesmo para terminar, a última questão que queria dizer, é o facto de estar disponível depois do dia sete, tem razões objectivas, não vamos aprofundá-las aqui e agora. São razões de férias pessoal, são razões do período em que estávamos a viver, e uma passagem não se pode fazer em dias nem em horas. Não vale a pena ser tratada, porque não vale a pena falarmos nisso. Prejuízo para a Autarquia não houve, há na minha opinião, e consigo provar isso, há muito melhores condições depois do dia sete, com os órgãos instalados do que antes. Mas isso fica para outra altura.

O membro Augusto Guégués: A minha intervenção vai um pouco na continuação da intervenção do membro Mário de Deus. O membro Mário ironizou um pouco a questão da ausência de obra, há que perguntar ao anterior executivo, durante doze anos, qual foi a obra que deixou? E perante isto, perante a ausência de obra, é extremamente importante e não foi aqui referido. A ausência da obra existe, a dúvida é imensa. Andou-se a passear uma vassoura mecânica, que não estava paga. No dia das eleições, na véspera das eleições, andou a passear-se uma vagona na Orada, que está por pagar. Esta foi, digamos a situação. Qual é situação dos equipamentos? Os equipamentos estão de facto velhos, cansados, têm que ser renovados. Outra questão, camiões de carga tinha carência deles. Eu prestei alguns serviços à Câmara nesse sentido. Carrinhas, automóveis, quantos são? Quatorze ou dezasseis? talvez a Câmara possa informar, quantos andavam por aí a circular, ao serviço de quê? Estas perguntas têm que ser feitas. Não é a ausência de Património, é a falta de organização em que se está. E tem que haver medidas profundas. A capacidade de endividamento das despesas com pessoal, possivelmente estão a ultrapassar aquilo que a Lei estabeleceu. Outra coisa é a questão da dívida, não temos dúvidas absolutamente nenhuma que o

défi ce orçamental vai possivelmente implicar restrições nas capacidades de endividamento das Câmaras Municipais. Agora temos estes valores, possivelmente a partir das próximas eleições, a capacidade de endividamento vai ser reduzida. Isto são coisas extremamente importantes.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: temos mais uma inscrição. Mas eu chamo a atenção para o adiantado da hora.

O membro António Paixão: Senhor Presidente também só quase em jeito de remate, acho que não vale a pena estarmos a gemifrar tanto estas questões, porque esta avaliação que se está aqui a tentar fazer, foi feita em dezasseis de Dezembro pela população de Borba. Está feito. Agora dando um bocadinho de razão ao eleito desta Assembleia, senhor Moura Lopes, vamos questionar a Câmara presente sem contudo deixar de fazer a respectiva auditoria. É só esta questão que queria levantar.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Se o senhor Presidente da Assembleia me permitir, eu não gosto de deixar perguntas por responder. Ouvi uma intervenção do senhor Moura Lopes, entre os dentes. Uma coisa eu queria dizer, em relação ao que o actual executivo fez, desde o dia quatro para cá. Além de tapar muitos buracos económicos e também das ruas, do anterior executivo, gastou muitas horas e quero-lhe dizer que neste período tenho uma ficha por cada reunião, contem-se os dias, e neste momento eu já fiz mais de duzentas, excluindo o atendimento aos munícipes. Penso que isto chega para ilustrar o trabalho que este Presidente e este executivo tem feito.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Não tendo mais inscrições sobre este ponto, mandou proceder à leitura da minuta da presente acta, que foi aprovada por unanimidade e deu por encerrada a sessão.

Documentos anexos a esta acta:

- Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Carlos Almeida Cabral
- Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Miguel Manguinhas
- Anexo 3 - Pedido de substituição do membro senhor António Luís Canhoto Andrade
- Anexo 4 - Pedido de substituição do membro senhor Luís Manuel do Nascimento
- Anexo 5 - Pedido de substituição do membro senhora Verónica da Conceição Aires Pereira
- Anexo 6 - Correspondência recebida pela Assembleia Municipal
- Anexo 7 - Correspondência expedida pela Assembleia Municipal
- Anexo 8 - Declaração de voto apresentado pela CDU
- Anexo 9 - Declaração de voto apresentado pela CDU
- Anexo 10 - Requerimento apresentado pela CDU